



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 19/2024**

### **OBJETO**

**Contratação de empresa especializada em prestação de serviços integral de organização de evento, produção executiva e artística e disponibilização de infraestrutura para a realização do evento denominado “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS”, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na Praça Central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG.**

#### **INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Dia 17/07/2024 às 08:00:00 (horário de Brasília)

#### **FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Dia 30/07/2024 às 08:30:00 (horário de Brasília)

#### **INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

Dia 30/07/2024 às 08:30:00 (horário de Brasília)

#### **FIM DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

Dia 30/07/2024 às 08:59:59 (horário de Brasília)

#### **INÍCIO DA DISPUTA**

Dia 30/07/2024 às 09:00:00 (horário de Brasília)

#### **MODO DE DISPUTA**

Aberto

#### **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

Até três dias úteis antes da data de abertura, devendo ser enviados  
Pela plataforma do pregão eletrônico

#### **INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES**

R\$ 1,00 (um real)

**DELIBERAÇÃO E INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA PREGAO NET**



1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:

a) Acessar o painel pregão eletrônico em <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//>

b) Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página http NovoUsuario). Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.

OBS: Lembrando que nesse primeiro momento o cadastro será referente à empresa (FORNECEDOR).

c) Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema;

d) Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema; automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema.

OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (Representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção FORNECEDOR, CNPJ e SENHA.

#### ATENÇÃO:

Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção Usuário/Representante, utilizando o CPF e Senha, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, PREENCHIDA A PROPOSTA e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

Ao acessar a plataforma de pregão eletrônico, disponível em <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//> o USUÁRIO notará que ao lado esquerdo da tela, estão disponibilizados manuais (tutorial), que poderão ser examinados a qualquer momento para consulta e saneamento de dúvidas.

Para mais informações/dúvidas o interessado poderá contatar o Setor de Licitações pelo telefone (31) 3738-1570. Em caso de ligação é importante que a licitante evite se identificar ou identificar a empresa, assegurando, assim, o relevante sigilo de sua participação na licitação.

**1- REPARTIÇÕES INTERESSADAS:** Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Eventos.

**2- FORMA DE FORNECIMENTO:** Integral.



**3- DATA PREVISTA PARA INÍCIO DA DISPUTA:** 30 de julho de 2024.

**4- DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA E INÍCIO DOS TRABALHOS DE JULGAMENTO:**

**Data:** 30 de julho de 2024.

**Horário:** 09h00min (horário de Brasília).

**Endereço Eletrônico:** <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//>

**4.1-** O Município de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 20.356.754/0001-96, com a Prefeitura Municipal, sediada na Av. Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150, Centro, na cidade de São Brás do Suaçuí/MG, por seu Prefeito, Geraldino Pacheco de Oliveira Filho, torna público e leva ao conhecimento dos interessados que, por intermédio de sua Pregoeira e equipe de apoio designada pelo Decreto Municipal nº 3.3.363 de 27 de maio de 2024, torna público, que se acha aberta, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **contratação de empresa especializada em prestação de serviços integral de organização de evento, produção executiva e artística e disponibilização de infraestrutura para a realização do evento denominado “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS”, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na Praça Central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG, visando selecionar a proposta mais vantajosa para o Município, sob o critério de MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM e MODO DE DISPUTA ABERTO**, que será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal de n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 “Código de Defesa ao Consumidor”, Decreto Municipal de nº 3.174, de 23 de março de 2023, e demais normas aplicáveis à espécie, observado o contido neste Edital.

**4.2-** As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes na plataforma disponibilizada pelo Município.

**4.3-** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico descrito no preâmbulo do edital em alhures, no dia e horário mencionados no preâmbulo deste Edital e serão conduzidos pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, designados por



Portaria do Executivo Municipal, juntada aos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

## 5- DO OBJETO

**5.1-** O objeto do presente certame licitatório é selecionar propostas, pelo sistema de **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **contratação de empresa especializada em prestação de serviços integral de organização de evento, produção executiva e artística e disponibilização de infraestrutura para a realização do evento denominado “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS”**, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na **Praça Central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG**, sob o critério de **MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM**, em conformidade com as descrições, especificações e quantitativos previstos no **Anexo I** deste Edital, denominado TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO, oriundo do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

## 6- DO PROCESSAMENTO

**6.1-** O processamento deste Pregão Eletrônico será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo.

## 7- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA “ABERTO”

**7.1-** O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM**, observadas às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

**7.1.1-** Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, durante 10 (dez) minutos, e, após isso, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública, nos termos Decreto Municipal de nº 3.174, de 23 de março de 2023.

**7.2-** As propostas deverão obedecer às especificações deste Edital e seus anexos que dele fazem parte indissociável.

## 8- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



**8.1-** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, desde que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento.

**8.1.1** - Poderão participar dessa licitação empresas em consórcio, no teor do art. 15, da Lei Federal de nº 14.133/21, observando as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**8.1.2** - O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no art. 15, inciso I, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**8.2-** Poderão participar também dessa licitação, organizações em forma de cooperativas, no teor do art. 16, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**8.2.1** - Às organizações em forma de cooperativas, sua constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

**8.3** - O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), aplicando-



se os dispositivos legais previstos na sessão I, do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.

**8.3.1-** São consideradas Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempresas - ME, as pessoas jurídicas que se adequem às disposições previstas no artigo 3º da Lei Complementar 123 de 2006 e Microempreendedor Individual - MEI, aquelas que preencham os requisitos do artigo 18-E da mesma Lei Complementar e suas posteriores alterações.

**8.3.2-** A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), além da inserção de seu porte (ME ou EPP ou MEI) na plataforma do pregão eletrônico disponível na plataforma do Pregão, deverão informar também, a sua condição de ME ou EPP ou MEI, assinalando em declaração própria o seu enquadramento e/ou apresentando documento que comprove tal condição durante a fase de habilitação.

**8.3.3-** Caso a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) não proceda da forma estabelecida nos itens **8.3.2** e, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar de nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014.

**8.3.4-** No que tange justifica na vinculação do princípio do planejamento das compras públicas, insculpido no art. 40, da Lei Federal de nº 14.133/21, que deverá ser observado pela Administração sempre que possível, tem o fito de compatibilizar especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia.

**8.3.5-** Tal princípio visa propiciar à discricionariedade da Administração Pública, uma consecução mais econômica e vantajosa de seus fins, servindo como instrumento de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos. Destarte que, com a padronização elimina variações tanto no tocante à seleção de produtos no momento da contratação como também na sua utilização, conservação, assim, a administração buscará atender o princípio da eficiência, elencada no caput do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 40, inciso V, "a", da Lei Federal de nº 14.133/21.

**8.3.6-** A mera declaração como **ME** ou **EPP** ou **MEI** ou a efetiva utilização dos benefícios



concedidos pela LC nº 123/2006 e sua alteração dada pela Lei Complementar 147/2014, por licitante que não se enquadrar na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização e demais cominações legais e penais em outras esferas.

**8.4- Não poderá participar desta licitação empresa:**

**8.4.1-** Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com o Município de São Brás do Suaçuí/MG;

**8.4.2-** Fornecedor declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que elas ou seus sócios estejam punidos com suspensão ou impedimento do direito de contratar ou licitar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

**8.4.3-** Empresas em recuperação judicial, cujo plano proíba a contratação com o Poder Público ou cujo plano não tenha sido, ainda, objeto de aprovação ou mesmo haja sido rejeitado pelo juízo recuperacional, nos termos do art. 52, da Lei nº 11.101/2005;

**8.4.4-** Que explore ramo diverso do objeto licitado;

**8.4.5-** Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, no teor do art. 9º, §1º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**8.4.6-** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

**8.4.7-** Qualquer interessado que se enquadre nas hipóteses previstas no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;





I- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**8.4.8.** A observância das vedações do subitem anterior é de responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

**8.5-** A participação da licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste Edital e nos seus anexos, bem como das normas legais que disciplinam a matéria.

## **9- DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**9.1-** A licitante deverá realizar o credenciamento no endereço disponível no preâmbulo do instrumento convocatório, no sistema de pregão eletrônico do Município que permite a





participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, sob pena de não credenciamento.

**9.2-** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**9.3-** O credenciamento da licitante na plataforma do pregão eletrônico implica a presunção de sua capacidade e seu Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

## **10- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1-** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível na plataforma do pregão eletrônico do Município, desde a divulgação da íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.

**10.1.1-** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º, da LC nº 123 de 2006.

**10.1.2-** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**10.1.3-** Até o horário previsto para o fim do recebimento das propostas/documentos de habilitação, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.



**10.1.4-** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**10.1.5-** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **10.2 - DO PREENCHIMENTO ELETRÔNICO/ENVIO DA PROPOSTA**

**10.2.1-** A proposta deverá ser cadastrada/informada no sistema de pregão eletrônico do Município, por meio da plataforma, em campo próprio.

**10.2.2-** A licitante, além do preenchimento eletrônico da proposta de preços, em formato digital na plataforma informando o **“VALOR GLOBAL”** e a **“MARCA, se for o caso”, do(s) item(ns) pretendido(s)**, DEVERÁ anexar também, exclusivamente por meio do sistema da plataforma eletrônica, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, sua **PROPOSTA FORMAL EM MODELO PADRÃO** de acordo com o **Anexo II** deste Edital, com a descrição do objeto ofertado, devidamente preenchida, sob pena de inabilitação, a qual deverá conter os seguintes elementos:

**10.2.2.1-** Razão social, endereço e CNPJ da licitante;

**10.2.2.2-** Número do Processo Licitatório e deste Pregão Eletrônico;

**10.2.2.3- PREÇO UNITÁRIO e PREÇO GLOBAL**, do item, em moeda corrente nacional, em conformidade com o **Anexo II** deste Edital, sem inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**10.2.2.4-** Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, sendo considerado este o prazo, nos casos em que inexistir a menção na proposta da licitante;

**10.2.2.5- NOME DAS BANDAS “ARTISTAS” E O DIA DA APRESENTAÇÃO.**



**10.2.3-** A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, digitada ou datilografada ou manuscrita legível, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por procurador, devidamente representado, devendo ser apresentada em uma única via.

**10.2.4-** Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação do serviço objeto da presente licitação, compreendendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, inclusive embalagem, frete, carregamento e descarregamento, tributos e encargos sociais, ônus previdenciários e trabalhistas, seguro, demais encargos e acessórios incidentes sob o fornecimento do objeto.

**10.2.4.1 -** Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação dos serviços objeto da presente licitação, inclusive as despesas com o Recolhimento da(s) ART - ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, em nome do Engenheiro Responsável, com a respectiva aprovação do Corpo de Bombeiros e todos os documentos e taxas necessárias referentes às estruturas, instalações, equipamentos, como também, todos os materiais e equipamentos utilizados na montagem do evento, principalmente os componentes da estrutura e seus acessórios, o pagamento dos respectivos direitos autorais junto ao ECAD, pagamento aos cantores e demais materiais empregados na execução, além de outras despesas diretas ou indiretas, tais como: funcionários, equipamentos, embalagem, frete, carregamento e descarregamento, tributos e encargos sociais.

**10.2.5-** A licitante que deixar de anexar o arquivo da proposta escrita na plataforma, será declarada **DECLASSIFICADA** pela Pregoeira.

**10.2.5.1 -** Serão desclassificadas as propostas, com fundamento no art. 59, da Lei Federal de nº 14.133/21 que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;



III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**10.2.6-** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

**10.2.7-** Não será admitida proposta que não atenda aos quesitos do(s) item(ns) constante(s) no Anexo I deste Edital.

**10.2.8-** Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos, **contendo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos.**

**10.2.9-** Todas as especificações estabelecidas para o objeto serão tacitamente aceitas pela licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

**10.2.10-** O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

**10.2.11-** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso (login) e senha.

**10.2.12-** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

**10.2.13-** Apresentada a proposta de preços pela licitante, após abertura da sessão pública, não poderá haver desistência da mesma, integralmente ou parcialmente, salvo por motivo superveniente e de alta relevância, o que será decidido motivadamente pela Pregoeira.

**10.2.14-** A proposta e os lances deverão referir-se ao **PREÇO GLOBAL DO ITEM.**



**10.2.15-** Será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM**.

**10.2.16-** A Administração poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico, com fundamento no art. 17, § 3º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**10.2.17-** A exigência de capacidade técnica requisitada no presente certame, se faz necessário em virtude do alto risco e valores financeiros envolvidos, com intenção de acautelar o direito da Administração Municipal, isso porque, toda decisão deve ser fundamentada pela entidade promotora da licitação, demonstrando sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado, de modo a afastar eventual possibilidade de restrição ao caráter competitivo do certame, o que ocorre no caso em tela. Em consonância com o Acórdão TCU. 1.617/2007 - Primeira Câmara (Sumário).

**10.2.18-** AS MENÇÕES A “NOMES”, “VEÍCULOS”, “ENTIDADES”, “CANTORES” OU “CONFEDERAÇÕES” constantes no termo de referência/descrição do objeto (Anexo VI) deverão ser consideradas como uma das propostas das licitantes SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

## **11- DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**11.1-** A licitante deverá anexar os documentos para habilitação na plataforma do pregão eletrônico, em campo próprio, sob pena de inabilitação do certame público.

**11.2-** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.3-** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



## **12- DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

**12.1-** As licitantes deverão anexar em formato digital no sistema de pregão eletrônico, quando solicitado pelo Pregoeiro e em tempo hábil, a documentação relacionada para “Habilitação”, no teor do art. 62 e art. 63, da Lei Federal de nº 14.133/21, **COMO CONDIÇÃO PARA SUA HABILITAÇÃO.**

**12.1.1** - Na análise dos documentos de habilitação, à pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, no teor do art. 64, § 1º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**12.1.2** - As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos, no teor do art. 68 e seguintes da Lei Federal de nº 14.133/21 os quais dizem respeito a:

### **I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a)** Registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com a última alteração ou alteração contratual consolidada, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c)** Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;



**f)** Tratando-se de procurador, a procuração da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, **acompanhado do documento que comprove os poderes do outorgante para a outorga. (Contrato Social ou documento equivalente);**

**g)** Cópia de documento de identificação oficial com foto e do CPF do representante legal, credenciado ou o procurador.

## **II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, com situação ativa;

**b)** Certidão de Regularidade de situação com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei, em validade;

**c)** Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Fazenda Nacional junto a Fazenda Federal e Procuradoria da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), ou positiva com efeitos de Negativa, em validade;

**d)** Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS, em validade;

**e)** Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, junto à Fazenda Pública do Município onde estiver instalada a sede ou filial da licitante que fornecerá os produtos à Prefeitura Municipal ou outra prova equivalente na forma da lei, em validade;

**f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, ou positiva com efeitos de negativa, em validade.

## **III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**a)** Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual da sede da licitante, em plena validade,





emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação, ou ainda Certidão Judicial Cível Negativa expedida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais por meio do Sítio Eletrônico do TJMG, pertinente à Comarca onde estiver instalada a matriz da licitante;

**b)** As empresas que se encontrem em situação de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor. Ademais, em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

**c)** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, no teor do art. 69, inciso I, da Lei Federal de nº 14.133/21.

#### **IV - COMPROVAÇÕES TÉCNICAS E OUTRAS:**

**a)** DECLARAÇÃO UNIFICADA subscrita pelo representante legal da licitante, conforme Anexo III deste Edital;

**b)** Para a licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), **DEVERÁ** apresentar a CERTIDÃO SIMPLIFICADA, **emitida com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação,** pela Junta Comercial do domicílio da proponente ou equivalente, onde conste o seu enquadramento (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), para fins das prerrogativas da Lei Complementar n.º 123/2006 e n.º 147/2014.

**c)** Comprovante de inscrição ou Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, em validade, da empresa licitante junto ao Conselho de Classe pertinente (CREA, CAU, CRA ou outros), com indicação do objeto social compatível com o objeto licitado, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos, nos termos da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980;



**d)** Comprovante de inscrição ou Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física do(s) responsável (is) técnico(s) da licitante, em validade, junto ao Conselho de Classe pertinente, com indicação de seus dados bem como sua formação e suas atribuições;

**e)** Comprovação da existência ou vínculo em quadro da licitante, na data da licitação de responsável técnico, que possa responder pelos serviços do objeto licitado, conforme Termo de Referência;

**f)** O vínculo será comprovado mediante apresentação de cópia autenticada da página da CTPS onde constar o vínculo empregatício ou ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços ou outro meio equivalente nos termos da lei;

**g)** O vínculo de dirigente de empresa será comprovado por meio de cópia da ata de eleição ou do contrato social e/ou última alteração, conforme o caso, declaratório de sua investidura no cargo;

**h)** Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da licitante para o desempenho de atividades e/ou prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com os serviços do objeto licitado, ou seja, atividades semelhantes com o objeto desta licitação, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Administração - CRA, acompanhado da respectiva Certidão emitida pelo CREA, CAU e CRA ou Certidão de Acervo Técnico - CAT do profissional;

**i)** O Atestado de Capacidade Técnica solicitado na alínea "h" acima poderá se constituir de mais de um atestado, de pessoas jurídicas distintas, desde que demonstrada a prestação de serviços semelhantes ou superiores com o objeto licitado constante no Termo de Referência/Descrição do Objeto deste Edital pela empresa licitante ou responsável técnico;

**j)** A Comissão, havendo dúvida por parte de seus membros, promoverá diligências necessárias tais como: busca de informações junto ao emitente do comprovante sobre o conteúdo do mesmo, pesquisa em portais de transparência, solicitação de documentos (cópias de contratos, notas fiscais, notas de empenho, entre outros), tudo no intuito de se certificar da veracidade das



informações contidas no(s) comprovante(s) apresentado(s) e, para tanto, poderá suspender o curso da licitação fixando prazo razoável para a apresentação dos documentos eventualmente solicitados;

**k)** Caso a licitante não comprove sua Capacidade Técnica de modo claro e objetivo, no que tange aptidão de desempenho de atividades e/ou prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com os serviços do objeto licitado, ou seja, atividades semelhantes com o objeto, será caracterizado o não atendimento de item exigido no edital e será determina a sua inabilitação, neste sentido é o entendimento dos Tribunais, vejamos:

“SÚMULA Nº 263/2011: Para a comprovação da capacidade técnico operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 932/2008, Rel. Min.: Raimundo Carreiro, órgão julgador: Plenário, data da sessão: 21/05/2008).

“A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica da empresa é fundamental para averiguar sua qualificação técnica. Alerta-se que, em regra, a soma de atestados para comprovar a habilitação técnica deve ser aceita, a menos que exista alguma peculiaridade no serviço que justifique tratamento diverso, conforme a seguinte decisão da Corte de Contas (BRASIL, TCU, 2013a)”.

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. 1. O Tribunal a quo concluiu pela regularidade da inabilitação da agravante na licitação, uma vez que "o atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante descreve os serviços prestados em outra instituição, não constando, porém, a execução de atividades de suporte técnico a nenhum dos sistemas operacionais de que trata o edital" (fl. 791, eSTJ). Percebe-se que conclusão diversa da alcançada pelo julgado exige o reexame das provas e dos fatos, o que, a rigor, é vedado pela Súmula 7/STJ.

É lícita a exigência de quantitativo mínimo por atestado, quando for necessária para comprovação da capacidade técnico-operacional de execução do objeto licitado: ... não há que se falar em restrição ao caráter competitivo da licitação, uma vez que tal exigência mostra-se aderente aos ditames do art. 30 da Lei 8.666/1993 e do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, dispositivos esses que fundamentaram a Súmula 263 deste Tribunal”. O Tribunal, ao acolher proposta do relator, considerou que o quesito acima referido não afrontou a legislação vigente. Acórdão nº 2308/2012- Plenário, TC-009.713/2012-3, rel. Min. Raimundo Carreiro, 29.8.2012. (AgRg no AREsp 470.071/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 18/06/2014).

### 13- DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

**13.1-** Os documentos de habilitação relacionados no item 12.1, incisos I, II e III, poderão ser substituídos por qualquer **Certificado de Registro Cadastral** de ente público “**C.R.C., SICAF**”, desde que o cadastro esteja vigente e conste a documentação solicitada neste Edital



e suas respectivas validades (quando se tratar de documento vencível) e este certificado deverá ser anexado na plataforma eletrônica do pregão eletrônico, em formato digital, em campo próprio "Documentos de Habilitação", sob pena de inabilitação.

**13.1.1- Caso alguma certidão negativa constante no Certificado de Registro Cadastral de ente público, ou no "C.R.C./SICAF" estiver com o prazo de validade expirada; ou caso o Certificado de Registro Cadastral de ente público, ou "C.R.C./SICAF" não contemple toda a documentação de habilitação exigida neste Edital, a licitante deverá anexar a certidão/documentação atualizada como complemento ao Certificado apresentado, sob pena de inabilitação.**

**13.2-** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual/MG, disponível em <https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul>

b) "Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica" disponibilizada pelo TCU abrangendo "Certidão de Inidôneos - Licitantes Inidôneos; Certidão de CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Certidão de CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Certidão de CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas", disponível em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>

c) Lista de empresas impedidas ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de São Brás do Suaçuí/MG.

**13.2.1-** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante por força do artigo 12, da Lei n.º 8.429, de 1992, em cumprimento ao dispositivo legal.

**13.2.2-** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências



Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**13.2.3-** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**13.2.4-** A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

**13.2.5-** Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará a licitante inabilitada do presente certame, por falta de condição de participação.

**13.2.6-** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**13.2.7-** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes enviada/anexada em formato digital, na plataforma do pregão eletrônico, será verificada para análise de pleno cumprimento das exigências editalícias.

**13.3-** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas para fins de habilitação, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**13.4-** Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a)** se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;
- b)** se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- c)** se a licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for a **filial**, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da **matriz** e da **filial**, **simultaneamente**;
- d)** serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza,



comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

e) a Certidão Negativa de Falência ou Concordata deverá se referir à matriz da licitante.

**13.5-** Os documentos exigidos neste edital deverão ser inseridos/anexados no endereço eletrônico do pregão eletrônico.

**13.6-** Havendo dúvidas quanto à autenticidade dos documentos, à Comissão promoverá diligências necessárias, e à licitante será intimada para promover e prestar às informações necessárias, no teor do art. 64, da Lei Federal de nº 14.133/21, sob pena de desclassificação.

**13.7-** A licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer no caso de a Pregoeira vir tomar conhecimento de fato que desabone a idoneidade da licitante que comprove a falsidade das informações prestadas ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste Edital.

**13.8-** Os documentos não apresentados na plataforma do pregão eletrônico do Município, não serão considerados pela Pregoeira.

**13.9-** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, à Pregoeira suspenderá a sessão, informando no **“chat”** a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**13.10-** Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

## **14- DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

**14.1-** No dia e horário indicados no preâmbulo deste edital, será aberta a sessão de processamento deste Pregão Eletrônico.

**14.2-** Será utilizado o modo de disputa **“ABERTO”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, durante 10 (dez) minutos, e, após isso, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período



de duração da sessão pública, nos termos Decreto Municipal de nº 3.174, de 23 de março de 2023.

**14.3-** A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, sendo desclassificados os itens das propostas que:

**14.3.1-** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições estabelecidos neste Edital;

**14.3.2-** que não contiverem o PREÇO GLOBAL do item;

**14.3.3-** que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no artigo 59, incisos, I, II, III, IV e V, da Lei Federal nº 14.133/21;

**14.3.4-** que apresentarem preços baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;

**14.3.5-** que de alguma forma identifique a licitante;

**14.3.6-** que deixar de apresentar a proposta escrita/formal no portal do pregão eletrônico do Município, e anexada, exclusivamente, por meio do sistema da plataforma eletrônica, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, em modelo padrão de acordo com o Anexo II deste Edital, com a descrição do objeto ofertado, devidamente preenchida, sob pena de inabilitação.

**14.4-** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**14.5-** Para fins de julgamento serão desprezadas as casas decimais que excedam a 02 (duas) no preço unitário do item.

**14.6-** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

**14.7-** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:





**14.7.1-** Para efeito de seleção será considerado o **PREÇO GLOBAL DO ITEM**.

**14.8-** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR GLOBAL DO ITEM, com o máximo de duas casas decimais, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas neste Edital.

**14.9-** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

**14.10-** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

**14.11-** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**14.12-** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**14.13-** A aplicação do valor do lance incidirá sobre o **VALOR GLOBAL DO ITEM**.

**14.14-** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos. Após esse prazo, o sistema realiza prorrogações automáticas, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos, inclusive nos casos de lances intermediários.

**14.15-** Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema poderá a Pregoeira, assessorada pela equipe de apoio do pregão, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, para assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, nos termos do artigo 11, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**14.16-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



**14.17-** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**14.18-** No caso de desconexão do sistema do pregão, à Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**14.19-** Quando a desconexão do sistema eletrônico, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa pela Pregoeira e reiniciada somente depois de decorridas **24 (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

**14.20-** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

**14.20.1** - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

1.1.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

1.1.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

1.1.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

1.1.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**14.20.2** -Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



1.1.1.5. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

1.1.1.6. Empresas brasileiras;

1.1.1.7. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

1.1.1.8. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**14.21-** Depois de encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**14.22-** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes. Após a negociação, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

**14.23-** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante.

**14.24- Considerada aceitável a oferta de menor preço, será concedido o prazo de até DUAS HORAS, contadas da solicitação pela Pregoeira no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, dos documentos de habilitação e, se necessário, de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos neste Edital.**

**14.25-** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

**14.25.1-** substituição e apresentação de documentos;



**14.25.2-** verificação de informações por meio eletrônico.

**14.26-** A validade dos documentos a que se referem às alíneas “c”, “d” e “f” do inciso II, do item 12.1 deste Edital será certificada na Internet pela Pregoeira, devendo ser comprovadas as autenticidades e veracidade dos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**14.27-** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação.

**14.28-** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

**14.29-** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o representante da sua autora, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

**14.30-** Enquanto estiver ausente o representante da licitante da sessão pública, serão excluídos da disputa os itens da sua proposta.

**14.31-** Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

**14.32-** A Pregoeira, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.

**14.33-** Caso seja necessário, a Pregoeira poderá suspender a sessão do Pregão, a qualquer momento, para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes credenciados na plataforma do Pregão Eletrônico do Município.



**14.34-** Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

**14.35-** Não sendo apregoado o objeto da presente licitação no dia da sua abertura, à Pregoeira designará nova data para continuação dos trabalhos.

**14.36-** A Administração Pública poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público ou anulá-la por ilegalidade, por meio de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do artigo 71, da Lei Federal de nº 14.133/21, assegurada a prévia manifestação dos interessados, no teor do diploma legal.

## **15- DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**15.1-** Às microempresas e empresas de pequeno porte que participarem deste certame será dispensado tratamento diferenciado, na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, a saber:

**I** - Elas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**II** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

**III** - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento devidamente fundamentado, a ser dirigido a Pregoeira;

**IV** - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado até o último dia do prazo inicialmente concedido;

**V** - A não regularização da documentação no prazo previsto no inciso anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal de nº



14.133/21, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

**VI** - É assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

**VII** - Entende-se por empate, para os efeitos do inciso anterior, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

**VIII** - Para efeito do disposto nos incisos VI e VII, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**b)** não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do inciso VII, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**IX** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no inciso VII, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**X** - Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**XI** - O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**XII** - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.



## **16- DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**16.1-** No final da sessão o representante da licitante que desejar recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente<sup>1</sup> a sua intenção de fazê-lo, no prazo de **20 (vinte) minutos**, em campo próprio do sistema de Pregão Eletrônico do Município, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos; após, abrir-se-á o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no teor do art. 165 e seguintes da Lei Federal de nº 14.133/21.

**16.1.1-** As razões e contrarrazões do recurso deverão ser elaboradas por escrito e dirigidas à Pregoeira, apresentadas/anexadas por meio do sistema eletrônico, na aba "Recurso" da plataforma do pregão eletrônico, sob pena de não conhecimento.

**16.2-** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento, nos termos do § 3º, do art. 165, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**16.3-** A ausência de manifestação do representante da licitante, nos termos do art. 165, §1º, inciso I, da Lei Federal de nº 14.133/21, importará:

**16.3.1-** a decadência do direito de recurso;

**16.3.2-** a adjudicação do objeto do certame pela autoridade competente à licitante vencedora;

**16.3.3-** o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

**16.4-** Interposto o recurso, à Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, devendo, neste caso, a decisão ser proferida

---

<sup>1</sup> Acórdão n.º 1.440/2007-Plenário, constata-se que o Tribunal de Contas da União exige certa qualificação da motivação de intenção recursal, de modo que os motivos apresentados pelo licitante possuam, em tese, "um mínimo de plausibilidade para seu seguimento", permitindo ao julgador rejeitar intenções de cunho meramente protelatório





dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do recurso, nos termos do art. 165, §2º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**16.5-** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.

**16.6-** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento, no teor do art. 168, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**16.7-** A adjudicação será feita àquela licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM**.

## **17- DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

**17.1-** Os serviços serão prestados sob a responsabilidade exclusiva da licitante adjudicatária, que deverá atender às normas expedidas pelos órgãos que regulamentam tal execução.

**17.2-** Os serviços objeto desta licitação serão executados junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Eventos.

**17.3-** Não será admitido a prestação de serviços pela contratada sem prévia emissão de Ordem de Serviço.

**17.4 -** Os serviços objeto da licitação deverão ser prestados de forma imediata, conforme constante no Termo de Referência/Descrição do Objeto (Anexo VI), contados do recebimento, pela licitante adjudicatária, da Ordem de Serviço expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal.

**17.5-** Os serviços deverão ser prestados ou entregues na Praça Central, localizada a Avenida Doutor Aprígio Ribeiro de Oliveira, zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG, salvo, especificamente em outros locais indicados no Termo de Referência ou na



Ordem de Serviço expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal, correndo por conta da licitante adjudicatária todas as despesas decorrentes dos serviços, entre elas o transporte, taxas e impostos, funcionários, equipamentos, embarque e desembarque da mercadoria, mão de obra e seus encargos sociais.

**17.6-** O evento realizar-se-á no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na Praça Central, localizada na Avenida Doutor Aprígio Ribeiro de Oliveira, zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG.

**17.7-** A licitante vencedora obriga-se a prestar os serviços de acordo com as especificações discriminadas no Termo de Referência (Anexo VI), sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório.

**17.8-** A Administração Municipal não terá qualquer responsabilidade pelas contratações e pagamentos de bandas/artistas, serviços em geral, estruturas e todas as demais despesas oriundas do evento.

**17.9-** A licitante responderá pelas despesas para montagem e desmontagem dos equipamentos e materiais, como também para a realização das atividades das barracas da praça de alimentação, camarins, som, iluminação e demais instalações do evento.

**17.10-** O evento será realizado sob total responsabilidade e risco da licitante vencedora que, em caso de danos a terceiros e ao Município, assumirá total responsabilidade, exceto em casos de exclusões previstas em lei ou contrato.

**17.11-** Indicar Preposto, na assinatura do contrato, para acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato, devendo este ser aceito pela Administração Municipal, apresentando para tanto o documento de identidade do preposto e o documento de procuração ou carta de preposição.

**17.11.1-** O preposto ou procurador deverá permanecer no local do evento por, pelo menos, seis horas por dia de evento, atendendo aos horários previamente determinados pelo servidor ou comissão constituída para fiscalizar o evento.



**17.11.2-** No valor do contrato a ser celebrado, deverão estar incluídas todas as despesas diretas ou indiretas que possam incidir sobre a prestação dos serviços, bem como, a contribuição ao ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição).

**17.12-** A Administração Municipal não terá qualquer responsabilidade pelas contratações e pagamentos de bandas/artistas, serviços em geral, estruturas e todas as demais despesas oriundas do evento ressalvadas o pagamento da contrapartida financeira no importe previsto à vencedora do certame.

**17.13-** Os serviços deverão ser prestados no Município de São Brás do Suaçuí/MG, especificamente no local indicado na Ordem de Serviço expedida pela Prefeitura Municipal, correndo por conta da contratada, as despesas decorrentes da prestação dos serviços, entre elas o transporte, embalagem, taxas e impostos, embarque e desembarque da mercadoria, fornecimento de equipamentos, componentes, suprimentos, demais materiais utilizados, insumos/consumíveis, instalação, mão de obra e seus encargos sociais e trabalhistas.

**17.14-** Toda a estrutura para a realização do evento deverá ser montada nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Eventos e de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência/Descrição dos Serviços.

**17.15-** A licitante vencedora obriga-se a prestar os serviços de acordo com as especificações discriminadas no Termo de Referência/Descrição do Objeto, e nas quantidades solicitadas, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório.

**17.16-** A Ordem de Serviço será enviada à empresa Contratada via e-mail ou qualquer outro meio idôneo.

## **18- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**18.1-** Por ocasião da entrega dos serviços, a licitante adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.

**18.2-** No ato da entrega dos serviços será realizada inspeção das características dos



equipamentos e demais.

**18.3-** Constatadas irregularidades nos serviços fornecidos, a Administração poderá:

**18.3.1-** se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

**18.3.2-** se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**18.4-** Nas hipóteses de substituição ou complementação, a licitante adjudicatária deverá fazê-las em conformidade com a indicação da Administração, de forma imediata, contadas da notificação por escrito, sem alteração no preço.

**18.5-** Os serviços serão recebidos, provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da prestação dos mesmos e da emissão da nota fiscal referente ao período de prestação dos serviços, conforme descrição constante no objeto deste contrato, pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Eventos ou por servidor público da área designado pelo Prefeito Municipal.

**18.6-** O recebimento definitivo dos serviços dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento provisório, uma vez verificadas as perfeitas condições do serviço executado, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado por servidor ou por comissão responsável indicada pela Administração Municipal.

**18.7-** As notificações deverão ser sempre por escrito e poderão ser efetuadas no momento da realização ou em outros momentos da prestação de serviço ou, ainda, após a prestação de todo o serviço, antes do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

## **19- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

### **19.1- DO PRAZO DE PAGAMENTO**

**19.1.1-** O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento definitivo do serviço e mediante a apresentação da Nota Fiscal e desde que os serviços tenham sido efetivamente prestados mediante relatório de aprovação da comissão de fiscalização



designada pelo Executivo Municipal.

**19.1.2-** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à licitante adjudicatária e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções.

**19.1.3-** O pagamento será feito mediante crédito em conta no Banco do Brasil S/A e via boleto bancário, cuja titularidade seja da licitante.

**19.1.4-** Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o pagamento ficará sobrestado até que sejam apuradas as responsabilidades pelas irregularidades, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**19.1.5-** A Prefeitura Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

**19.1.6-** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.

**19.1.7-** Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, o Fornecedor dará ao Município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

**19.1.8-** A Administração Municipal solicitará a prestação dos serviços de acordo com as demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Eventos.

**19.1.9-** Por ocasião do pagamento, deverá a Contratada apresentar, em cada ato, as Certidões Negativas referentes ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho, sendo que a não apresentação implicará na retenção do pagamento até que seja regularizada a situação da empresa perante os órgãos competentes.



**19.1.10** - No momento do pagamento, serão feitas as retenções impostas pela legislação vigente, quando for o caso.

**19.1.11**- As faturas pagas com atraso sofrerão correção monetária de acordo com o INPC, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, a partir do trigésimo dia de atraso.

## **20- INSTRUMENTALIZAÇÕES DA COMPRA**

**20.1**- Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município emitirá Requisição de Empenho e Ordem de Serviço, de acordo com as necessidades da secretaria requisitante.

**20.2**- A licitante vencedora deverá estar em dia com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS e com o INSS, entre outras.

**20.3**- A recusa injustificada da licitante vencedora em fornecer os produtos dentro do prazo estabelecido, sujeitá-la-á a aplicação das penalidades previstas na cláusula das SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste edital.

**20.4**- A Ordem de Serviço e a Nota de Empenho poderão ser canceladas pela Administração nas seguintes hipóteses:

a) unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no artigo 104, da Lei 14.133/21 e alterações;

b) bilateralmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE, após acordo entre as partes;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

## **21- DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**21.1**- Encerrados os trabalhos desta licitação e lavrada a Ata respectiva, será assinado entre o Município de São Brás do Suaçuí e a adjudicatária, o Contrato de Prestação de Serviços, nos termos e condições deste Edital e cuja minuta é parte deste instrumento.



**21.2** - A adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para assinar o contrato, sob a pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente.

**21.3-** Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

**21.4-** O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor registrado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal.

**21.5-** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

**21.6-** No ato da assinatura do contrato a empresa, deverá apresentar as seguintes condicionantes:

**21.6.1-** Comprovação da contratação efetiva dos artistas ofertados para o evento e do show de rodeio completo previsto neste edital;

**21.6.2-** Garantia estabelecida neste edital, sob as penas previstas em lei ou neste edital;

**21.7-** Certificado de Cadastro da empresa licitante junto ao Ministério do Turismo (CADASTUR) em atividade de PRESTADOR DE INFRAESTRUTURA DE APOIO PARA EVENTOS e Certificado de ORGANIZADORA DE EVENTOS; Lei Federal de nº 14.133/2021. Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008) e pelo decreto 7.381/2010 ao cadastramento junto ao Ministério do Turismo, através do Cadastur. Este cadastramento também está regido pela Portaria nº 130, de 28 de julho de 2011 do Mtur.

**21.8-** Caso a licitante, não comprove os documentos relacionados e condicionados para assinatura do contrato, enumerados nas alíneas "18.6.1 e 18.6.2", será declarada INABILITADA,





além das aplicações administrativas dente elas, multa, declaração de inidoneidade, com arrimo no artigo 90º, parágrafo 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, in verbis:

Art. 90º § 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm).

**21.9-** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignados no Edital ou se recusar a assinar o Contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Contrato.

## **22- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**22.1-** As despesas decorrentes deste certame correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias constantes do orçamento do Município para o ano de 2024:

02.006.001.13.392.0204.2.017 – Manutenção da Difusão e dos Eventos Culturais;

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## **23- DAS SANÇÕES**

**23.1-** A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**23.2-** Pela inexecução total ou parcial do objeto pela adjudicatária, a Administração Municipal poderá aplicar-lhe as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

**23.2.1-** Advertência;



**23.2.2-** Multa nos seguintes percentuais, aplicáveis na ocorrência de descumprimento das cláusulas contratuais:

**23.2.2.1-** Em caso de atraso superior a 24 (vinte e quatro) horas no fornecimento dos produtos, depois de recebida a Ordem de Compra, a adjudicatária pagará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor global estimado do Contrato, limitado a 3,5% (três vírgula cinco por cento) e o prazo de 07 (sete) dias.

**23.2.2.2-** Ultrapassado o prazo de sete dias previsto na cláusula **22.2.2.1**, a Administração Municipal poderá rescindir o contrato e aplicar a multa de **20% (vinte por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato, acumulado com a multa prevista na cláusula **22.2.2.1**.

**23.2.2.3- Multa de 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato na ocorrência das seguintes hipóteses:

**a)** não atendimento das especificações dos produtos que acarrete perda dos mesmos ou acarrete atraso no atendimento da Secretaria requisitante;

**b)** não atendimento das especificações do(s) produto(s) sem que a contratada providencie a substituição ou complementação dos mesmos;

**c)** não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei n.º 14.133/21, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores.

**23.2.2.4-** Na hipótese da licitante vencedora, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão por culpa ou dolo, lhe será aplicada multa no valor de **35% (trinta e cinco por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato.

**23.3-** Os valores das multas poderão ser descontados de possíveis créditos que a Contratada tenha juntado à Administração.

**23.4-** Constituem motivo para rescisão do Contrato:

I - não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos;



- II - o cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão no início da prestação dos serviços;
- IV - o atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
- V - a paralisação da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no Contrato;
- VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do artigo 107, "b" da Lei reiterado de faltas;
- IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X - a dissolução da sociedade;
- XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
- XIII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução da Ata;



XIV - descumprimento do disposto no artigo 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal de nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**23.5-** Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**23.6-** A rescisão do Contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII da cláusula anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

**23.7-** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**23.8-** Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

**23.9-** Em caso de rescisão do Contrato decorrente desta licitação, poderá a Administração Municipal reter créditos decorrentes até o limite dos prejuízos causados à Administração.

## **24- DAS CONSULTAS E IMPUGNAÇÃO**

**24.1-** Este Edital será publicado:

**24.1.1-** Integralmente, com os seus anexos, no link “Licitações”, sub link “Licitações 2024 - Pregão” do sítio eletrônico: <https://www.saobrasdosuacui.mg.gov.br/> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

**24.6.1.2-** Em síntese, no Diário Oficial Eletrônico do Município.



**24.2-** Qualquer modificação neste Edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original.

**24.3-** As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site da Prefeitura Municipal e as publicações no Diário Oficial Eletrônico do Município e no Diário Oficial "Minas Gerais", *quando for o caso*, com vistas a possíveis alterações e avisos.

**24.4-** Impugnação aos termos do Edital deverá ser encaminhada por forma eletrônica, pela plataforma do pregão eletrônico obrigatoriamente, e estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante, sob pena de ilegitimidade ativa, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sob pena de preclusão do direito.

**24.5-** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, exclusivamente por meio eletrônico, pela plataforma do pregão eletrônico **(três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sem indicação de qualquer tipo de expressão ou caractere que identifique a licitante, para fins de garantia do anonimato e impessoalidade durante as fases subsequentes do certame.

**24.5.1-** A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido.

**24.6-** A Prefeitura Municipal não se responsabiliza por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado ou ainda entregues fora do prazo.

**24.7-** A decisão da Pregoeira será enviada ao impugnante via e-mail ou qualquer outro meio idôneo.

**24.8-** Acolhida a petição, será designada nova data para a realização do certame.



**24.9-** Será indeferida de plano a petição infundada, que tenha por finalidade apenas procrastinar o certame.

## **25 – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**25.1-** A licitante contratada prestará garantia ao Contrato em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, que lhe será devolvida após a conclusão dos serviços, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e não adimplidas, observado o seguinte:

**25.2-** A garantia deverá ser apresentada por uma das seguintes modalidades:

**25.2.1-** caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

**25.2.2-** seguro-garantia;

**25.2.3-** fiança bancária;

**25.2.4 –** título ao portador.

**25.3-** A garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, aplicando-se o índice de atualização monetária divulgado pela Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

## **26 – DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO TIPO DE JULGAMENTO - MENOR PREÇO GLOBAL**

**26.1-** À vista de mencionados dispositivos foram editadas as Súmulas 247, do Tribunal de Contas da União e 114, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, respectivamente, com seguintes redações:

Súmula nº 247 - TCU:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da



totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

**26.3-** Invocamos a Súmula de nº 114 - TCE/MG, in verbis:

É obrigatória a realização de licitação por itens ou por lotes, com exigências de habilitação proporcionais à dimensão de cada parcela, quando o objeto da contratação for divisível e a medida propiciar melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampla participação de licitantes, sem perda da economia de escala, adotando-se, em cada certame, a modalidade licitatória compatível com o valor global das contratações.

**26.4-** Uma leitura apressada poderia levar o incauto à equivocada conclusão de que a adoção do tipo de julgamento “menor preço global” seria, a princípio, uma irregularidade.

**26.5-** No entanto, é de se observar que ambas as Súmulas em questão possuem condições no sentido de que a licitação por itens somente deve ser adotada quando:

**26.5.1-** tal medida propiciar melhor aproveitamento das condições de mercado;

**26.5.2-** não acarretar perda da economia de escala; e

**26.5.3-** não acarretar prejuízo para o conjunto ou complexo a ser contratado.

**26.6-** As disposições acima expostas evidenciam de forma clara e incontestável o caráter excepcional do regramento que compele à Administração Pública, em licitar o objeto em diversos itens, posto que, são claras ao condicionar tal obrigação à comprovação da viabilidade técnica e econômica de tal fracionamento, assim como, à inexistência da perda da economia de escala.

**26.7-** Na mesma linha condicional, o parágrafo sétimo, do artigo 23 ressalta necessidade de inexistência de prejuízo ao conjunto do objeto que se pretende adquirir.

**26.8-** Não se discute que, em determinadas situações, o fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas.



**26.9-** Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida, todavia, apesar da competição e acirrada disputa entre os particulares serem objetivos traçados na norma regulatória em comento, tal não permite prejuízos ao erário com o único fim de possibilitar maior acesso aos particulares.

**26.10-** O que se pretende com o processo licitatório, além da democratização da participação, é a maior vantajosidade para a Administração.

**26.11-** A Administração Pública, por óbvio, encontra-se compelida a observar o princípio da legalidade e, em sendo constatada as condicionantes contidas nos dispositivos legais acima apontados, efetivamente se encontrará a mesma compelida a dividir o objeto pretendido em tantos itens quanto for possível, desde que, permaneça evidenciada a inexistência de qualquer espécie de prejuízos, seja de ordem financeira, seja relativa à eficiência administrativa, tendo em vista que também se encontra vinculada a tal Princípio Constitucional.

**26.12-** E esta é a situação na qual se encontra a Administração Municipal de São Brás do Suaçuí/MG.

**26.13-** A licitação que se pretende levar a termo, por certo, se realizada por itens, conduzirá a sérios riscos ao evento denominado “IV Festival Gastronômico Sabores do Brás” a ser realizado no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na Praça central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG, principalmente de prejuízos ao erário.

**26.14-** A perda de economia de escala decorrente dos custos de transporte, mobilização e desmobilização para cada item é patente.

**26.15-** Se a licitação for realizada por itens, cada licitante irá propor, para cada item, um custo referente a transporte, mobilização e desmobilização individualizado, ao passo que se o licitante obtiver a adjudicação de todos os itens, na forma global que se pretendem, tais custos serão sensivelmente diluídos, posto que suportados por apenas um licitante, qual seja, aquele que se sagrar vencedor.

**26.16-** Logo, ao propor, sua respectiva proposta considerará tal realidade, qual seja a adjudicação e todo o objeto e não apenas parte dele, fazendo com que proponha custos mais reduzidos para mencionadas etapas.





**26.17-** Além disso, merecem destaque os riscos inerentes à própria execução, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente executado, tendo em vista, possíveis problemas nas relações jurídicas mantidas com diversos contratados, além de possíveis incompatibilidades entre eles.

**26.18-** Apesar de suas naturezas distintas, mostra-se necessário que os itens em questão guardem compatibilidade entre si. Imagine-se que palco, iluminação e som, por ocasião da execução do objeto, não se compatibilizem.

**26.19-** Para o êxito do evento, mostram-se necessários que tais itens sejam compatíveis entre si, especialmente para o gerenciamento e fiscalização do cumprimento do objeto em disputa, além de ser muito mais simples e eficiente o relacionamento jurídico com apenas um contratado no caso do evento denominado “IV Festival Gastronômico Sabores do Brás”, a ser realizado no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na Praça Central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG.

**26.20-** Nesta ótica, já decidiu o Tribunal de Contas do Estado de Minas, em relação ao próprio Município de São Brás do Suaçuí/MG, in verbis:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE EM RAZÃO DA REUNIÃO DE ITENS COM CARACTERÍSTICAS DIFERENTES EM UM MESMO LOTE. ARGUIÇÃO DE ILEGALIDADE NA PREVISÃO DE SANÇÃO EM REGRA GERAL NÃO COMPATÍVEL COM O OBJETO DE TODOS OS LOTES. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO. 1. A Administração Pública possui poder discricionário para estabelecer os critérios que melhor atendam à sua necessidade. 2. Não há ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que estes guardem alguma relação entre si. 3. Havendo expressa determinação legal de cumprimento de obrigação, cabe à Administração assegurar sua observância e impedir o cometimento de ato ilícito, por meio da previsão de sanções no edital. 4. Não sendo o licitante obrigado ao cumprimento da obrigação específica, a sanção correspondente não lhe alcança, ainda que a previsão esteja inserida em norma geral do edital. (TCE-MG - DEN: 980437, Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 14/12/2017, Data de Publicação: 08/02/2018)

**26.21-** Neste contexto, a licitação tendo como critério o “menor preço global” é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, para se manter a qualidade do empreendimento, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador.



**26.22-** Nesse ponto, as vantagens podem ser localizadas no maior nível de controle pela Administração na execução do objeto, a maior interação entre as diferentes fases do empreendimento, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do empreendimento em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados.

**26.23-** Tanto é assim que, nas hipóteses de licitação com diversidade de serviços, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto.

**26.24-** O TCU, no Acórdão nº 732/2008, se pronunciou no sentido de que:

"a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

**26.25-** O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que:

"Desse modo à regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".

**26.27-** No mesmo sentido, destaca-se, ainda, a lição de Justen Filho, para quem:

"a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. (...) a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída



através do fracionamento" JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11.ed. São Paulo: 2005, Dialética, p. 207).

**26.28-** Dando suporte ao que até aqui foi dito, trazemos à colação o exemplo de uma representação relativa a pregão eletrônico para registro de preços conduzido pelo Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional na Bahia (SR/DPF/BA), objetivando a aquisição de equipamentos de uso e de proteção individual para servidores policiais, a unidade técnica questionou o critério de julgamento adotado no certame, qual seja o de menor preço global com a adjudicação por lote, em detrimento da adjudicação por item.

**26.29-** Segundo a unidade técnica, a modelagem adotada contrariaria a jurisprudência do TCU, consolidada na Súmula 247, permitindo a adjudicação de determinados itens a empresa que não ofereceu a melhor oferta pelo item, com potencial dano ao erário.

**26.30-** Naquela ocasião, propôs a unidade instrutiva que não fossem adquiridos os itens para os quais a respectiva licitante vencedora não tenha apresentado o menor preço, vedando ainda as adesões à ata.

**26.31-** Ao discordar dessa tese, o relator anotou que o potencial dano apresentado, se comparado com o montante envolvido na licitação, “não justifica, por si só, a proposta inicial da unidade instrutiva de se determinar ao órgão que se abstenha de adquirir esses itens e, ainda, autorizar adesões”. O relator explicou ainda que “a existência de itens com preços superiores aos concorrentes não é algo estranho em uma licitação por grupamento, com diversos itens em cada lote”, sendo razoável que “a empresa vencedora não detenha os menores preços em todos os itens ofertados, como ocorre no presente caso”. Em relação à alegada afronta à Súmula 247 do TCU, destacou o condutor do processo entendimento expresso em julgado de sua relatoria, no sentido de que “a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular (...) a Súmula nº 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala”. (Acórdão 5134/2014-Segunda Câmara, TC 015.249/2014-0, relator Ministro José Jorge, 23.9.2014.)

**26.32-** O que se divisa na presente situação é o êxito do evento em sua completude, em seu conjunto. A licitação em questão, se realizada por itens, certamente trará não só um maior custo para a Administração Municipal, como também representará uma série de riscos, conforme já



mentionado anteriormente, motivo pelo qual se justifica a adoção do tipo de julgamento “MENOR PREÇO GLOBAL”.

## **24- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1-** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor do interesse público e da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam a finalidade e a segurança da contratação.

**24.2-** Das sessões públicas de processamento deste Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem certificadas eletronicamente pela Pregoeira, Membros da Equipe de Apoio e licitante e disponibilizadas na plataforma eletrônica.

**24.3-** O(s) documento(s) de habilitação apresentado(s) pelas licitantes, a qualquer tempo, se for necessário, poderá a Comissão do Pregão requisitar informações e conferidas suas autenticidades.

**24.4-** O resultado deste certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município, além na plataforma <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br/> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

**24.5-** Os demais atos atinentes a esta licitação passíveis de divulgação serão publicados no Quadro de Avisos ou no Diário Oficial Eletrônico do Município.

**24.6-** O inteiro teor do processo eletrônico ficará à disposição para quaisquer interessados no Setor de Licitações.

**24.7-** O Setor de Tecnologia da Informação do Município dará a destinação e arquivamento digital do processo licitatório, de forma segura e acessível aos dados.

**24.8-** A licitante adjudicatária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de São Brás do Suaçuí/MG e será descredenciada



no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

**24.9-** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.

**24.10-** Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência/Descrição do Objeto/ Estudo Técnico Preliminar;

**ANEXO II** - Modelo Padrão de Proposta de Preços;

**ANEXO III** - Declaração Unificada;

**ANEXO IV** - Minuta da Contrato.

**24.11-** A Pregoeira poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso comprove qualquer fato que desabone a idoneidade, capacidade administrativa ou ausência de documentação exigida no presente Edital.

**24.12-** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Entre Rios de Minas/MG.

**24.13-** A quantidade apresentada no Termo de Referência/Descrição do Objeto é meramente informativa, não se obrigando a Administração a realizar a contratação nas quantidades indicadas.

**24.14-** As marcas comerciais dos materiais e/ou equipamentos constantes nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais ou nos orçamentos, quando citadas, são protótipos comerciais que servem, exclusivamente, para indicar o tipo de material a empregar. Portanto, serão aceitos materiais/equipamentos com qualidade, característica e tipo “equivalentes” ou “superiores”.



**24.15-** O cumprimento das condições exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO - Anexo I deste Edital poderá ser fiscalizado por servidor designado ou por Comissão Instituída pelo Poder Executivo Municipal.

São Brás do Suaçuí/MG, 15 de julho de 2024.

**Geraldino Pacheco de Oliveira Filho**  
**Prefeito Municipal**

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria, nos termos do art. 53, § 1º, da Lei de nº 14.133/21. Dilmo Elberte Romão - OAB/MG Nº 189.822.



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 73/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 19/2024**

**- ANEXO I -**

**TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**1- OBJETO**

O presente documento marca o início da fase de planejamento, representando o primeiro passo em direção à contratação de uma solução que atenderá a uma necessidade fundamental em nosso município. O objetivo principal deste estudo técnico preliminar é analisar minuciosamente a necessidade em questão e identificar no mercado a solução mais adequada para atendê-la, enquanto observamos rigorosamente as normas vigentes e os princípios que orientam a Administração Pública.

A demanda em questão, consiste na contratação de empresa responsável pela realização do IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS, carrega consigo um valor intrínseco de significado e importância. A tradição de realizar eventos de qualidade é um gesto de reconhecimento e apreço pelo comprometimento e dedicação ao público participante do evento. Além disso, essa iniciativa contribui para promover um ambiente festivo mais harmonioso, fomentando o espírito de união e celebração durante a temporada festiva.

Dessa forma, o estudo técnico preliminar não apenas visa a atender a uma demanda prática, mas também fortalecer os laços entre a Administração Pública e os participantes dos eventos, refletindo o compromisso com o bem-estar e a satisfação dos munícipes. A seguir, será detalhado o objeto, as especificações e os requisitos necessários para a contratação de empresa responsável pela realização do IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS, com a finalidade de garantir um processo transparente e eficaz.

**1- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

A contratação em questão visa atender a uma necessidade específica no âmbito da Administração Pública, em conformidade com o inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, que exige a demonstração do interesse público. Nesse sentido, a necessidade em questão diz respeito a realização do IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS em agosto de 2024, que serão destinados como um gesto de apreço e reconhecimento aos participantes do evento em nosso município com o IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS.





Esta contratação é pautada na valorização dos munícipes que desempenham um papel fundamental na tradição cultural de nossa querida cidade, levando em conta a parceria entre cultura e administração municipal ao longo do ano. O público participante de eventos como o IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS são a espinha dorsal de nosso calendário anual de eventos, dedicando seu tempo e esforço prestigiarem a Comissão Organizadora de Eventos e garantir a prestação de serviços de qualidade. Portanto, a realização do IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS não é apenas um gesto simbólico, mas uma manifestação tangível do reconhecimento e gratidão da Administração Pública ao povo Suaçuense.

Adicionalmente, a iniciativa contribui para o bem-estar dos participantes do evento, promovendo um ambiente positivo e fortalecendo os laços entre a administração e o querido povo de nossa cidade. A celebração de eventos culturais de garbo e elegância como o IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS é um momento de confraternização e união, e a oferta de uma organização com solidez e qualidade demonstra o compromisso do Município de São Brás do Suaçuí em assegurar o conforto e a alegria aos participantes de eventos durante a temporada festiva.

Dessa forma, a contratação de empresa para a realização do IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS é justificada sob a ótica do interesse público, reforçando os laços de apreço, valorização e harmonia entre a administração e os munícipes.

## **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

A contratação desta solução está devidamente alinhada com o planejamento estratégico da Administração Pública Municipal de São Brás do Suaçuí/MG. O serviço em questão consta na listagem do Plano Anual de Contratações vigente e estão especificamente relacionados à despesa de contratações e serviços de eventos da Secretaria de Cultura e Prefeitura Municipal.

O Plano Anual de Contratações é uma ferramenta essencial para o alinhamento e a integração das ações do órgão ou entidade, garantindo a eficiência na gestão de recursos públicos. A inclusão desta contratação no plano demonstra a intenção da Administração em consonância com a Secretaria de Cultura com finalidade de cumprir com seus compromissos em relação ao bem-estar e ao reconhecimento de seus munícipes em temporada festiva.

O alinhamento entre a contratação e o planejamento se traduz no compromisso de assegurar que as ações administrativas estejam em conformidade com os princípios da Administração Pública, incluindo a eficiência, a transparência e a valorização do público participante. Portanto, a presente contratação está estritamente fundamentada na previsão do Plano Anual de Contratações





e reflete o compromisso da Administração com a gestão responsável e o atendimento ao público participante dos eventos.

### 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os serviços de contratação de empresa para realização do IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS fornecidos devem atender rigorosamente às especificações detalhadas nas solicitações de compras e no termo de referência. A licitante que pode ser contratada deve ser uma pessoa jurídica e atuar em um ramo de atividade compatível com o objeto licitado, além de atender a todas as condições exigidas no certame. A entrega dos serviços de contratação de empresa para realização do IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS devem ser realizados por funcionários devidamente habilitados da CONTRATADA. A CONTRATADA é a única responsável por sua contratação, pagamento, cumprimento de obrigações legais de qualquer natureza, em especial as relacionadas às leis trabalhistas e previdenciárias. A responsabilidade do CONTRATANTE é expressamente excluída nesse sentido.

A CONTRATADA assume total responsabilidade por qualquer prejuízo que possa ser causado ao CONTRATANTE devido ao não cumprimento de dispositivos legais relativos aos materiais relacionados no certame. A CONTRATADA não está autorizada a ceder, transferir ou subcontratar a terceiros, total ou parcialmente, o objeto contratual, a menos que obtenha prévia e expressa anuência por escrito do CONTRATANTE. A CONTRATADA é obrigada a cumprir os prazos de entrega previamente estabelecidos no edital.

	Item	Quant.	Unidade	Descrição
<b>Lote Único</b>	<b>1.</b>	<b>01</b>	<b>Serviço</b>	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços integral de organização de evento, produção e disponibilização de infraestrutura para realização do evento denominado "IV Festival Gastronômico Sabores do Brás", no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na "Av. Desembargador Aprígio Ribeiro de Oliveira, Praça Central" localizada no Município de São Brás do Suaçuí/MG.



ITENS QUE DEVERÃO CONTER NO LOTE			
Item	Quant.	Unidade	Descrição
01.	170	Peça	<b>GRADE DE CONTENÇÃO:</b> Gradil para Eventos e Barricadas para Shows em Aço, Grade de contenção com 1,20 de altura x 2,00 de comprimento. Para os três dias de evento.
02.	04	Unidade	<b>LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PNE:</b> Locação de Banheiros químicos: compreendendo banheiros femininos e masculinos, com higienização permanente com sucção a vácuo, em locais de fácil acesso ao público participante. O prazo de montagem dos banheiros será de até 12 horas antes do início do evento. Prazo para desmontagem será de até 12 horas após a realização do evento. Para os três dias de evento.
03.	15	Unidade	<b>LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS:</b> Locação de Banheiros químicos: compreendendo banheiros femininos e masculinos, com higienização permanente com sucção a vácuo, em locais de fácil acesso ao público participante. O prazo de montagem dos banheiros será de até 12 horas antes do início do evento. Prazo para desmontagem será de até 12 horas após a realização do evento. Para os três dias de evento.
04.	01	Serviço	<b>LOCAÇÃO DE PALCO:</b> Locação e montagem de (um) Palco em formato de Concha Acústica com as seguintes composições: palco 08x06 em alumínio, medindo, no mínimo, 08m x 06m, com as seguintes características, que possa ficar a no mínimo 1,5 do solo, altura padrão, que obedeça a todas as características de um de palco no estilo concha acústica. Em box trus com alumínio Q30. Para os três dias de evento.
05.	04	Unidade	<b>LOCAÇÃO DE TENDAS 10M X 10 M:</b> Locação de tendas que deverão ser montadas pela Contratada, tendas padronizadas, na cor branca, tipo piramidal, para a proteção dos participantes do evento



			<p>1- O prazo de montagem da tenda será de até 18 horas antes do início do evento.</p> <p>2- Prazo para desmontagem da tenda será de até 12 horas após a realização do evento. Para os três dias de evento.</p>
06.	01	Unidade	<p><b>LOCAÇÃO DE TENDAS 8M X 8M:</b></p> <p>Locação de tenda que deverá ser montada pela Contratada, tendas padronizadas, na cor branca, com fechamento lateral, tipo piramidal, para a montagem e cobertura de tablado usado nos shows</p> <p>1- O prazo de montagem da tenda será de até 18 horas antes do início do evento.</p> <p>2- Prazo para desmontagem da tenda será de até 12 horas após a realização do evento.</p> <p>3- Para os três dias de evento.</p>
07.	10	Unidade	<p><b>BARRACAS PARA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO:</b></p> <p>A empresa licitante deverá montar 10 barracas/stands de ALUMINIO BOX TRUS Q15_no tamanho cada de 09 metros quadrados, ou seja, 3x3, com balcão de 01 metro de altura x 0,30 metros de largura na frente, laterais e fundos fechados em ALUMINIO BOX TRUS Q15_com altura de 02 metros.</p> <p>Todo material deverá ser em ALUMINIO BOX TRUS, Q15 liso EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, limpos e bem cuidados.</p> <p>As barracas em ALUMINIO BOX TRUS Q15_deverão ter teto, com colunas e vigas em ALUMINIO BOX TRUS Q15_e deverá conter lonas brancas perfeitamente higienizadas. Para os três dias de evento.</p>
08.	01	Serviço	<p><b>LOCAÇÃO E MONTAGEM DE SOM E ILUMINAÇÃO PARA “O IV FESTIVAL GASTRONÔMICO”</b></p> <p><b>ILUMINAÇÃO:</b></p> <p>06 Refletores de alumínio com Lâmpadas PAR 64 1000 WATTS.</p> <p>12 Refletores PAR 64 com 54 Leds 3 WATTS RGBW cada IP 68.</p> <p>03 Barras de alumínio com algemas para montagem dos refletores.</p>



			<p>01 Talhas com cintas de 1 tonelada.</p> <p>01 Mesa de comando DMX de 2048 e 4 universos DMX.</p> <p>02 Racks de potência DMX.</p> <p>04 Moovings heads spot 575 watts 16 cnais.</p> <p>01 Pró-Power com 12 canais no mínimo para Moovings.</p> <p>01 Buffer com no mínimo 02 entradas e 10 saídas DMX.</p> <p>04 strobos Atomic 3000 DMX.</p> <p>02 Mini Brutes com 6 Lâmpadas.</p> <p>Obs: retirada da ribalta</p> <p>04 Elipsoidais com íris e abertura de no mínimo 50°.</p> <p>5 mts Estrutura em alumínio Q30, sapatas, sleeves e pau de carga para montagem de Gride.</p> <p>Cabeamento necessário.</p> <p>02 Responsáveis técnicos.</p> <p><b>SONORIZAÇÃO:SOM</b></p> <p>16 Caixas Sub Grave 2x18" 1.600 Watts RMS Cada.</p> <p>16 Caixas Line Array Médio Grave/Médio Agudo</p> <p>Two Way</p> <p>900 Watts Com Guia De Ondas, Cobertura De 120 Graus</p> <p>Horizontal, 10 Graus Vertical Por Caixa, Montadas Em Sistema Fly E Com Compatibilidade Para Alinhamento Via Software. Não serão aceitas caixas clones.</p> <p>08 Caixas Monitores 2x12" E Titânio Com 900 Watts Cada.</p> <p>02 Caixas Monitora Sub 18" Para Bateria.</p> <p>04 Caixas Sub Grave 2x18" 1.600 Watts Cada Para Side Fill</p> <p>Ativo.</p> <p>04 Caixas Grave/ Médio Grave/ Titânio KF 850</p>
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



			<p>Side Fill</p> <p>Ativo.</p> <p>04 Amplificadores Stereo Digitais 6.000 Watts Rms Cada.</p> <p>Com Processador, Limiter, Delay, Eq Inclusos.</p> <p>06 Amplificadores Stereo Digitais 3.600 Watts Rms Cada</p> <p>Com Processador, Limiter, Delay, Eq Inclusos.</p> <p>06 Amplificadores Stereo Digitais 1.400 Watts Rms Cada</p> <p>Com Processador, Limiter, Delay, Eq Inclusos.</p> <p>02 Amplificadores Stereo 5.600 Watts Rms Cada</p> <p>02 Amplificadores Stereo 3.000 Watts Rms Cada</p> <p>02 Amplificadores Stereo 1.200 Watts Rms Cada</p> <p>04 Amplificadores Stereo 2.000 Watts Rms Cada</p> <p>08 Equalizadores Graficos Com 31 Bandas</p> <p>01 powerplay para 8 headfones com cabeamento e 8 headfones</p> <p>02 Procesadores Digitais De No Mínimo 06 Vias Stereo</p> <p>01 Procesador Digital De 08 Vias Stereo e 4 entadas AES/EBU</p> <p>01 Mesa De Mixagem Digital 48 Canais X 16 Auxiliares</p> <p>01 multicabo com splitter de 56 vias balanceado</p> <p>10 Microfones Específicos Similares Ao Shure Sm 57, Ou 58, e604, SM 81</p> <p>01 sistema de intercom com 2 pontos</p> <p>05 Pedestais Girafa</p> <p>08 Garras Clamp</p> <p>10 Direct Box Similar</p> <p>01 Amplificador Para Baixo 800 Watts Com Caixa</p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



			<p>De 1 X 15''</p> <p>E 4 X10''</p> <p>01 Amplificador Para Guitarra Valvulado Com 300w com Caixa 4x12'' Angulada.</p> <p>01 Amplificador Para Guitarra De 300 Watts 2x12''</p> <p>01 Notebook com acervo musical condizente com o evento</p> <p>Cabeamento para todo o sistema Sistema De Main Power Estabilizado Compatível Com o Sistema sem 3 fases e neutro com 50 metros de cabo.</p> <p>02 Funcionários Responsáveis</p> <p>OBS – Prazo para montagem do som deve ser até às 12 horas antes do início do evento. Prazo para desmontagem será de até 12 horas após a realização do evento.</p> <p>A locação será para os três dias de evento.</p>
09.	03	Serviço	<p><b>SERVIÇO SEGURANÇA:</b></p> <p>Disponibilização de equipe composta por 20 (vinte) vigilantes para cada dia de eventos e deverão estar identificados com uniforme com distintivo que facilmente os distingam e equipamentos necessários à função, inclusive rádio comunicador, deverão se apresentar dia 09 de agosto as 19h até o fim do evento, dia 10 de agosto das 14h até o fim do evento, dia 15 de agosto das 12h até as 20h. Para os três dias de evento.</p>



10.	03	Serviço	<p><b>GRUPO DE BRIGADISTAS:</b></p> <p>Disponibilização de equipe composta por <u>04 (QUATRO)</u> agentes brigadistas para eventos temporários, nos dias 09 a 11 de agosto em conformidade com a Lei nº 14.130 e o decreto estadual nº 44.270, conforme a lei estadual nº 15.778, para a segurança do público em evento de médio impacto, estabelecendo critérios mínimos para sua formação e prestação dos serviços, conforme a portaria nº 33, de 02 de julho de 2018 que regulamenta o artigo 7º da lei estadual nº 22.839, de 05 de janeiro de 2018, que atribui ao CBMMG a competência para estabelecer normas que regulem a formação, credenciamento, atuação, uniformes e veículos utilizados pelos voluntários, profissionais e instituições civis que exerçam atividades na área de competência da corporação os brigadistas empregados em eventos temporários deverão possuir qualificação de nível intermediário, em observância à Instrução Técnica nº 12 e NBR 14.276 e estar em conformidade com a portaria nº 33, de 02 de julho de 2018 que regulamenta o artigo 7º da lei estadual nº 22.839, de 05 de janeiro de 2018. As equipes de brigada distribuídas deverão estar guarnecidas de recursos suficientes para atuação nos locais distantes dos postos médicos e ambulâncias. Os integrantes da brigada de incêndio devem possuir uniforme de fácil identificação no local do evento e que não seja semelhante ao uniforme do CBMMG. Para os três dias de evento.</p>
11.	08	Serviço	<p><b>ABASTECIMENTO DE CAMARIM:</b></p> <p>Realizar o abastecimento dos camarins conforme os riders técnicos de camarim estipulados pela Secretaria de Cultura:</p>



			<b>13.1- 01 SHOW PRINCIPAL</b> (dia 10 de agosto de 2024 as 20h)
			<ul style="list-style-type: none"><li>• 02 GARRAFAS DE VINHO TINTO SECO IMPORTADO</li><li>• 24 LATAS DE CERVEJA 1ª LINHA</li><li>• 24 GARRAFAS DE ÁGUA MINERAL</li><li>• 04 LITROS DE SUCO VARIADO PRIMEIRA LINHA</li><li>• 04 LITRO DE REFRIGERANTE PRIMEIRA LINHA</li><li>• 02 TÁBUAS DE FRIOS VARIADAS CONTENDO (prezunto, quatro queijos, salaminho, azeitona, amendoim, patê com torradas, pimenta biquinho, peito de peru, castanha do Para)</li><li>• 02 KG PÃO DE QUEIJO</li><li>• 02 CENTOS DE SALGADO VARIADO</li><li>• 05 KG FRUTAS VARIADAS</li><li>• 07 TOALHAS DE ROSTO</li></ul>
			<b>13.2 – 07 SHOWS REGIONAIS</b>
			<ul style="list-style-type: none"><li>• 04 LITROS DE REFRIGERANTE PRIMEIRA LINHA</li><li>• 04 LITROS DE SUCO PRIMEIRA LINHA</li><li>• 24 GARRFAS DE ÁGUA MINERAL</li><li>• 02 CENTOS DE SALGADOS VARIADOS</li><li>• 02 KG DE PÃO DE QUEIJO</li><li>• 03 KG DE FRUTAS VARIADAS</li></ul> <p>OBS: Durante a montagem e a passagem de som, deverá ser disponibilizado no palco garrafas de água mineral na montagem dos cenários das bandas (a tarde).</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Os camarins deverão estar prontos antes do show e estarem localizados próximo ao palco no local denominado casa amarela.</li></ul>





			<ul style="list-style-type: none"><li>• Deverá providenciar o abastecimento do camarim com bebidas, e alimentação e todos os demais itens que estão listados acima tanto para o show e shows locais.</li></ul>
12.	70	Unidade	<b>Camisas Promocionais</b> – Em malha PV, personalizada, com arte e grade de tamanhos definida e aprovada pe Secretaria de Cultura.
13.	70	Unidade	<b>Avental Personalizado</b> – em tamanho: 65 cm de largura por 85 cm de altura, tiras da cintura com 65 cm cada, ajustador de altura no pescoço, composição: 100% algodão, tecido de alta durabilidade, bolso: 30 cm por 20 cm.
14	03	Serviço	<b>Locutor</b> – Um locutor a disposição para as serviços de Locução e acompanhamento do evento nos dia 09, 10 e 11 de agosto conforme horário que segue abaixo: Dia 09 de agosto: Das 20h até o fim do evento Dia 10 de agosto: Das 12h até o fim do evento Dia 11 de agosto: Das 12h até o fim de evento
15.	02	Show	<b><u>Apresentação de show musical com banda/grupo cultural a nível local</u></b>  Serão contratadas bandas e/ou grupos culturais para realização de shows, com repertório variado de acordo com a necessidade do evento. O mesmo deverá se apresentar por um tempo mínimo de 4 horas, com intervalo de quinze minutos para descanso. Os responsáveis deverão estar munidos de instrumentos, cabos e conexões. Quando se tratar de shows populares com bandas, elas



			<p>deverão possuir, no mínimo, a seguinte estrutura e atender as seguintes exigências:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Três Vocalistas (feminino, masculino ou dupla);</li><li>b) Um Guitarrista;</li><li>c) Um Baixista;</li><li>d) Um Baterista;</li><li>e) Um Tecladista;</li><li>f) Um Acordeom;</li><li>g) Um Violão;</li><li>h) Um saxofonista</li><li>i) Um percussionista</li><li>j) Executar satisfatoriamente vários estilos musicais;</li></ul> <p>A banda deve executar satisfatoriamente vários estilos musicais.</p> <p><b>OBSERVAÇÕES:</b></p> <p>No valor ofertado pelo contratado deve estar incluso os tributos incidentes sobre a prestação dos serviços, inclusive o abastecimento do camarim, hospedagem, alimentação, bebidas e transporte para os músicos e demais membros do staff, carga e descarga dos equipamentos e instrumentos. A vigilância dos equipamentos e instrumentos e todas as demais despesas incidentes sobre a prestação do serviço correrá por conta da contratada.</p> <p>O valor do cachê a ser pago à banda a ser contratada é de NO MÁXIMO R\$ 6.000,00 (seis mil reais).</p>
16.	01	Show	<p><b><u>Apresentação de show musical com banda/grupo cultural a nível regional:</u></b></p> <p>Serão contratadas bandas e/ou grupos culturais para realização de shows, com repertório variado de acordo com a necessidade do</p>



			<p>evento. O mesmo deverá se apresentar por um tempo mínimo de 4 horas, com intervalo de quinze minutos para descanso. Os responsáveis deverão estar munidos de instrumentos, cabos e conexões. Quando se tratar de shows populares com bandas, elas deverão possuir, no mínimo, a seguinte estrutura e atender as seguintes exigências:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Três Vocalistas (feminino, masculino ou dupla);</li><li>b) Um Guitarrista;</li><li>c) Um Baixista;</li><li>d) Um Baterista;</li><li>e) Um Tecladista;</li><li>f) Um Acordeom;</li><li>g) Um Violão;</li><li>h) Um saxofonista</li><li>i) Um percussionista</li><li>j) Executar satisfatoriamente vários estilos musicais;</li></ul> <p>A banda deve executar satisfatoriamente vários estilos musicais.</p> <p><b>OBSERVAÇÕES:</b></p> <p>No valor ofertado pelo contratado deve estar incluso os tributos incidentes sobre a prestação dos serviços, inclusive o abastecimento do camarim, hospedagem, alimentação, bebidas e transporte para os músicos e demais membros do staff, carga e descarga dos equipamentos e instrumentos. A vigilância dos equipamentos e instrumentos e todas as demais despesas incidentes sobre a prestação do serviço correrá por conta da contratada.</p> <p>O valor do cachê a ser pago à banda a ser contratada é de NO MÁXIMO <b>R\$ 8.000,00</b> (oito mil reais).</p>
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



**DEMAIS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA:**

- 1- Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenha prejuízo para a CONTRATANTE ou terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento ou da garantia oferecida, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.
- 2- Arcar com qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços contratados, ainda que resultante de caso fortuito, mesmo ocorrido na via pública, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a seus empregados ou a terceiros, em decorrência da execução do presente Contrato.
- 3- Implantar, de forma adequada, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficiente, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.
- 4- Manter todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos imediatamente. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica.
- 5- Identificar, no início da execução dos serviços, todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.
- 6- Implantar, de forma adequada, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficiente, mantendo sempre em perfeito asseio e ordem o local de prestação do serviço.
- 7- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de segurança da Administração.
- 8- Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do evento.
- 9- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e metas estabelecidos, fornecendo todos os recursos humanos e materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.



10- Manter o local de prestação do serviço devidamente abastecido com equipamentos, utensílios, produtos específicos e materiais necessários à execução dos serviços.

11- Responder por quaisquer prejuízos, mediante a devida comprovação a ser apurada pelos representantes das partes, dentro das instalações da CONTRATANTE, e/ou quando os materiais e/ou bens estiverem sob sua guarda, inclusive pelo desvio de materiais e/ou bens, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelo pessoal empregado na execução dos serviços contratados, durante a vigência contratual.

12- Eventuais despesas com medicação, procedimentos, cirurgias e outros em virtude de acidentes ocorridos durante as festividades deverão ser suportados pela contratada.

### **13- OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ:**

- a. - Disponibilizar a área do evento devidamente limpa nos locais necessários, conforme indicado pela Comissão Organizadora na Área de Eventos.
- b. - Providenciar a instalação de ponto de água e energia elétrica no local do evento.
- c. - Disponibilizar no mínimo, 20 (vinte) tambores com capacidade mínima de 200 litros, distribuídos por todo recinto para coleta de lixo.
- d. - Disponibilização de servidores municipais para realizar a limpeza das áreas internas no local durante a realização do evento bem como promover a retirada de lixo em todos os dias do evento.
- e. - Comunicar à empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- f. - Disponibilizar uma ambulância com técnico de enfermagem e motorista para remoção e para atuarem em plantão no período de 09 a 11/08/2024 dentro do evento.
- g. - Responder pelas despesas com água e energia elétrica utilizadas para montagem e desmontagem dos equipamentos e materiais, como também para a realização das atividades durante todo o evento das barracas da praça de alimentação, camarins, som, iluminação e demais instalações.

### **4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

O quantitativo estimado para essa contratação terá como base um levantamento realizado pela Secretaria solicitante dos anos anteriores, considerando as necessidades gerais para a realização de um evento de tamanha envergadura e que envolve grande parte da população local e



produtores rurais de nossa cidade e região. Portanto o objeto desta contratação deve atender estritamente às especificações técnicas e quantidades descritas no termo referência abaixo.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1.	1	SERVIÇO	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços integral de organização de evento, produção e disponibilização de infraestrutura para realização do evento denominado “IV Festival Gastronômico Sabores do Brás”, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na “Av. Desembargador Aprígio Ribeiro de Oliveira, Praça Central” localizada no Município de São Brás do Suaçuí/MG.

#### 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Considerando o levantamento de mercado efetuado, observamos que os valores variam dentro de uma faixa DE PREÇO QUE SERÁ ESTABELECIDADA, com um valor médio ESPECIFICADO NA ESTIMATIVA DE PREÇO, conforme detalhado abaixo. Após a realização criteriosa do levantamento de mercado, consolidamos os valores estimados da contratação. Ressaltamos que essa estimativa está em total consonância com a legislação vigente, conforme a Lei 14.133/2021, garantindo a transparência, a economicidade e a busca constante pela melhor solução em prol do interesse público.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO MÉDIO TOTAL
1.	1	SERVIÇO	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços integral de organização de evento, produção e disponibilização de infraestrutura para realização do evento denominado “IV Festival Gastronômico Sabores do Brás”, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na “Av. Desembargador Aprígio Ribeiro de Oliveira, Praça Central” localizada no Município de São Brás do Suaçuí/MG.	<b>R\$ 137.800,00</b>



## **6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:**

A estimativa do preço é um passo fundamental no processo de contratação de empresa para realização do IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS do Município de São Brás do Suaçuí, proporciona uma base sólida para a condução do processo licitatório, garantindo que os recursos públicos sejam alocados de forma eficiente e transparente.

Essa estimativa fornece um ponto de partida sólido para o processo licitatório, assegurando que os recursos públicos sejam alocados de maneira eficaz e alinhados com os objetivos de proporcionar um evento especial aos munícipes de São Brás do Suaçuí. A transparência e a responsabilidade fiscal são princípios que norteiam essa estimativa e o processo subsequente de contratação.

## **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A contratação da empresa especializada para o “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” visa elevar o Município de São Brás do Suaçuí no circuito gastronômico regional e representa um processo minuciosamente planejado e fundamentado. O objetivo desta contratação é proporcionar aos participantes do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” um momento ímpar de cultura, fortalecendo os laços entre os participantes e os metes da gastronomia regional.

A estimativa de custos, baseada em um levantamento de mercado criterioso, estabeleceu que o valor de referência para a contratação está de acordo com o termo acima. Essa estimativa considera a necessidade de atender todos os participantes do evento, garantindo que nenhum deles seja excluído deste momento de confraternização. Além disso, a estimativa de custos, que totaliza R\$ 137.800,00 (cento e trinta e sete mil e oitocentos reais), oferece uma base sólida para a condução do processo licitatório. Isso garante que os recursos públicos sejam alocados de forma eficiente e transparente, seguindo os princípios da responsabilidade fiscal e da economicidade.

A contratação busca garantir que as empresas fornecedoras da estrutura para a realização do evento “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” sejam idôneas, confiáveis e capazes de cumprir com os requisitos contratuais. Isso é essencial para assegurar a qualidade dos serviços de estrutura do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” e a entrega pontual, garantindo que os munícipes tenham uma experiência positiva neste período festivo que hoje é considerado o 3º maior evento do ano. A Administração Pública está comprometida com a



realização de uma contratação que atenda à necessidade específica de proporcionar um evento alegre e acolhedor aos participantes, fortalecendo os laços entre eles.

Os serviços serão executados em uma única ordem de serviço, conforme a descrição/especificação dos itens acima. O processo terá um único gestor de contratos, sendo este o servidor ocupante do cargo de Secretário Municipal de Cultura Esportes, Lazer, Turismo e Eventos e o fiscal do contrato será o servidor ocupante do cargo de Encarregado de Cultura, Turismo e Eventos.

Diante do exposto no tópico acima e em estrita conformidade com o inciso VI do § 1º da Lei 14.133/2021, apresentamos, nesse sentido, o orçamento estimativo final para a contratação compõe integralmente o projeto em questão, assegurando a transparência e a adequação às normas legais, conforme a previsibilidade apresentada abaixo:

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Cultura

- Função: 13 – Cultura

- Subfunção: 204 – Desenvolvimento e Promoção Cultural

- Projeto/Atividade: 2.017 – Manutenção da Difusão e dos Eventos Culturais

- Conta: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

- Fonte: 1500000 – Recursos não vinculados de impostos

-Ficha: 177

A previsibilidade orçamentária, reflete a responsabilidade fiscal e a alocação de recursos de acordo com as fontes especificadas. Reiterando a transparência e a conformidade com a legislação, são princípios norteadores para garantir uma contratação justa e vantajosa para a Administração e para a sociedade. Em consonância, o Fiscal de Contrato será responsável por realizar a verificação da qualidade serviços a serem prestados, em colaboração com o representante da CONTRATADA, a fim de constatar qualquer divergência entre o material previsto e o entregue. É dever da CONTRATADA fornecer o serviço em conformidade com as especificações dos itens descritos no termo de referência em anexo à parte requisitória. Assim, a descrição da solução e as disposições relacionadas à fiscalização visam garantir que a contratação seja conduzida de maneira transparente, eficaz e que atenda aos padrões de qualidade estabelecidos, assegurando o melhor interesse da Administração e da sociedade.

Na assinatura do Contrato, a licitante deverá comprovar a contratação de seguro com Responsabilidade Civil, danos materiais, danos corporais, acidentes pessoais, por morte, por





invalidez, para fazer frente a qualquer sinistro proveniente do evento, por suas expensas.

## **8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:**

A presente contratação tem como objetivo a obtenção de estrutura para a realização do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” evento que entra com enorme tradição e consolidação no circuito gastronômico não só da Município de São Brás do Suaçuí, mas também do todo o circuito do IGR VEREDAS. É importante observar que, no contexto desta demanda específica, não é aplicável o desmembramento dos itens em lotes individuais; pelo contrário, é necessário que todos os itens sejam agrupados em um único lote, a fim de atender de forma abrangente às necessidades dos beneficiários.

## **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

Ao considerar que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, é fundamental estabelecer e demonstrar claramente os resultados pretendidos desta aquisição. Os resultados pretendidos desempenham um papel essencial no processo de compras, pois orientam o planejamento, a execução e a avaliação da contratação.

Neste contexto específico, os resultados almejados são múltiplos e incluem:

**Satisfação do Público:** O principal resultado desejado é a satisfação e o reconhecimento do público participante por meio da oferta do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS”. Espera-se que essa ação contribua para elevar a motivação e o bem-estar dos munícipes e fortalecer a cidade no roteiro gastronômico regional.

**Fortalecimento de vínculos:** A realização do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” também visa fortalecer os laços entre a Administração Pública e os munícipes, criando um ambiente festivo mais harmonioso e produtivo colocando o município em definitivo no mapa gastronômico.

**Atendimento às Necessidades Básicas:** Garantir que os munícipes tenham acesso a um evento de qualidade como o “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” é uma demonstração de cuidado e apoio por parte da Administração, atendendo a necessidades culturais do município e trazendo para o público um fortalecimento com traços culinários locais.



Esses resultados pretendidos são fundamentais para orientar a definição de indicadores de desempenho que permitirão avaliar o sucesso e a eficácia desta contratação, garantindo que ela atenda aos objetivos estabelecidos, tanto em termos de valorização dos participantes do evento quanto ao que tange a gestão responsável dos recursos públicos.

## **10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:**

No contexto desta contratação da estrutura para o “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” de São Brás do Suaçuí, providências prévias são fundamentais para garantir que o processo seja conduzido de maneira transparente, eficaz e em conformidade com a nova lei de licitações. Das quais enfatizamos:

**Orçamento Estimativo:** Conforme já apresentado anteriormente, o orçamento estimativo prevê o certame aqui exposto, ao passo que demonstra a previsão dos custos da contratação e é uma referência para a Administração e os licitantes.

**Publicação do Edital:** A publicação do edital é um passo importante para garantir a transparência e a ampla concorrência. A divulgação do edital permite que potenciais fornecedores tenham conhecimento da contratação e possam participar do processo.

**Período de Impugnações e Recursos:** Durante a fase de providências prévias, também é importante garantir que haja tempo para possíveis impugnações e recursos por parte dos interessados, caso existam dúvidas ou contestações em relação ao edital ou à contratação.

**Avaliação e Julgamento das Propostas:** A análise e julgamento das propostas recebidas é outra etapa crítica. A Administração deve conduzir essa fase de forma imparcial e seguindo os critérios estabelecidos no edital.

Essas providências prévias são cruciais para garantir que o processo licitatório e a subsequente celebração do contrato ocorram de maneira eficiente, transparente e legal, em estrita observância à nova lei de licitações. A correta condução dessas etapas preparatórias é fundamental para assegurar a lisura e o sucesso da contratação. Para além, não haverá a necessidade de Pequenas intervenções de engenharia, ajustes de sistemas, capacitação de servidores ou outras contrapartidas.

## **11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:**

Nesta contratação específica, no quesito contratações correlatas e interdependentes faz necessária, a contratação do cantor para que o evento possa ocorrer conforme planejado.



## **12 – IMPACTOS AMBIENTAIS:**

A inclusão deste tópico, na contratação pretendida é fundamentada na preocupação da Administração Pública em assegurar que a contratação e a subsequente realização do evento “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” sejam conduzidas de maneira ambientalmente responsável e em conformidade com a legislação vigente.

Embora o objeto da contratação seja contratação de serviços, no caso, fornecimento de estrutura para a realização do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” é importante reconhecer que, mesmo nas contratações de serviços não diretamente relacionados ao meio ambiente, podem haver impactos ambientais indiretos. Estes impactos podem incluir o consumo de recursos naturais durante a prestação de serviços, desenvolvimento dos trabalhos e o transporte.

Além disso, a Administração Pública tem o compromisso de cumprir com legislações e regulamentos ambientais, bem como promover práticas sustentáveis em suas atividades. Portanto, a inclusão do tópico 'Impactos Ambientais' visa:

**Cumprimento da legislação:** Garantir que a contratação esteja em conformidade com as legislações ambientais vigentes, evitando possíveis infrações e penalidades.

**Minimização do Impacto:** Identificar e adotar medidas para minimizar os impactos ambientais relacionados à produção, montagem, transporte e descarte dos materiais e detritos que sejam oriundos da realização de um evento.

**Promoção da Sustentabilidade:** Promover a conscientização sobre a importância da sustentabilidade ambiental, mesmo em contratações de natureza distinta, incentivando práticas que contribuam para a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, serão inseridas no edital e no termo de referência as providências contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União (CGU). Essas providências têm como objetivo orientar a escolha de produtos e fornecedores que adotem boas práticas ambientais, buscando a redução do impacto ambiental ao longo de todo o ciclo de vida do serviço prestado.

## **13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Neste tópico, visamos avaliar e assegurar que a Administração Pública está em condições adequadas para realizar o processo licitatório e contratar empresas para a prestação de serviço de realização do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS”. A viabilidade da



contratação envolve vários elementos essenciais, que se alinham aos princípios de eficiência, economicidade e legalidade da Administração Pública.

Concluímos que o processo será conduzido na modalidade de Pregão Eletrônico, considerando que está é a alternativa mais vantajosa para a administração neste momento.

Neste sentido, consideraremos os seguintes elementos:

**Capacidade Econômico-Financeira dos Licitantes:** Um dos principais objetivos é garantir que a empresa participante da licitação tenha capacidade econômico-financeira suficiente para assegurar a execução integral do contrato. Isso é crucial para prevenir que a Administração Pública seja prejudicada por empresas sem respaldo financeiro, que possam comprometer a entrega do serviço de organização e estruturação do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS”.

**Seleção de Empresas Idôneas e Confiáveis:** A contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de organização e realização do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” proporciona inúmeros benefícios, como qualidade e pontualidade na prestação de serviços. No entanto, para que esses benefícios se concretizem, é vital que o processo de licitação alcance empresas vencedoras idôneas, confiáveis e respeitáveis. Isso contribui para a transparência e a lisura do processo.

**Atendimento à Necessidade Específica:** O posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade é outro ponto crucial. Devemos assegurar que a contratação das empresas fornecedoras do serviço de realização do “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS” seja apropriada para satisfazer a demanda dos participantes do evento e proporcionar os resultados pretendidos, como a satisfação do público participante, fortalecimento dos vínculos e celebração do espírito festivo local.

A viabilidade da contratação é um elemento chave para o sucesso deste processo licitatório. Portanto, ao considerar esses elementos, garantimos que a Administração Pública está preparada para realizar uma contratação eficaz, com fornecedores que atendam aos requisitos de capacidade financeira e idoneidade, proporcionando os benefícios esperados para os participantes do evento e cumprindo rigorosamente a legislação vigente.

Em síntese, a avaliação da viabilidade da contratação, juntamente com os demais tópicos construídos anteriormente, contribui para um processo licitatório bem estruturado e eficiente, alinhado aos princípios da Administração Pública, garantindo a contratação justa e vantajosa para todas as partes envolvidas.



#### **14 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO /ASSINATURAS:**

Com base nas discussões e análises realizadas durante a fase de planejamento, é com satisfação que afirmamos que esta contratação é completamente viável e está em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

---

**Rodrigo dos Santos Herculano**  
**Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Eventos**



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 73/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 19/2024**

**- ANEXO II -**

**MODELO DE PROPOSTA PADRONIZADA**

À  
Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 73/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 19/2024**

**1. PROPONENTE**

<b>Empresa:</b>		
<b>CNPJ:</b>		
<b>Endereço:</b>		
<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>
<b>Telefone:</b>		
<b>E-mail:</b>		
<b>Sócio Proprietário/Representante Legal:</b>		
<b>CPF:</b>	<b>RG:</b>	

**2. VALOR PROPOSTO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Apresentamos nossa proposta para prestação de serviços integral de organização de evento, produção executiva e artística e disponibilização de infraestrutura para a realização do evento denominado "IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS", no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na Praça Central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG, acatando todas as estipulações e exigências consignadas no Edital, conforme descrito abaixo:



Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor global (R\$)
1.	1	Serviço	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços integral de organização de evento, produção e disponibilização de infraestrutura para realização do evento denominado “IV Festival Gastronômico Sabores do Brás”, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na “Av. Desembargador Aprígio Ribeiro de Oliveira, Praça Central” localizada no Município de São Brás do Suaçuí/MG.	
Valor total: R\$				

**Artistas e shows que apresentarão no evento (a licitante deverá informar o nome do artista ou da banda que se apresentará nos dias informados)**

<b>Dia 10/08/2024</b> <b>(sabado)</b>	<b>Artista regional:</b> _____
<b>Dia 11/08/2024</b> <b>(domingo)</b>	<b>Artista local:</b> _____ <b>Artista local:</b> _____

**Observação:**

1- Declaramos que a proposta apresentada é para prestação de serviços integral de organização de evento, produção e disponibilização de infraestrutura para realização do evento denominado “IV Festival Gastronômico Sabores do Brás”, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na Praça Central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG, acatando todas as estipulações e exigências consignadas no Edital e comprometendo-nos a executar a prestação integral dos serviços, conforme descrito no Termo de Referência/Descrição do Objeto.

2- Declaramos que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos para perfeita prestação dos serviços, inclusive as despesas com encargos da legislação social, trabalhista,



previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, despesas com mão de obra, deslocamento, alimentação e hospedagem, apoio logístico, material, equipamentos, ferramentas, administração, frete, carregamento, descarregamento, tributos, estrutura completa, cachê de shows, benefícios e licenças inerentes, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do Edital, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa referente à realização do evento, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município de São Brás do Suaçuí/MG.

**3–** Declaramos que a prestação dos serviços será feita conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência constante do Edital e da Ordem de Serviço.

**4 –** Declaramos ter pleno conhecimento dos serviços a serem executados, do local da realização do evento, dos prazos, das condições de pagamento e demais condições do Edital e seus anexos.

**5-** Declaramos que aceitamos o direito da Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí em selecionar a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta Licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa Proposta, no todo ou em parte.

**6 –** Declaramos que estamos cientes da obrigatoriedade de assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação da Prefeitura Municipal, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura, caso nos seja adjudicado o objeto.

### **3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos, contados da abertura dos envelopes contendo as propostas de preços.

### **4. DADOS BANCÁRIOS**

Informar, caso seja necessário crédito em conta no Banco do Brasil:

a) número da agência: .....





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ  
ESTADO DE MINAS GERAIS



b) número da conta: .....

c) (    ) via boleto bancário.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)

Nome e Cargo



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 73/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 19/2024**

**- ANEXO III -**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

O abaixo assinado, responsável pela empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na cidade de ..... (.....), com endereço à Rua/Av. ...., nº ..... - Bairro ....., DECLARA, para fins de participação neste procedimento licitatório, e em cumprimento à legislação e aos regulamentos vigentes, aos quais se submete, declara que:

1. Que o edital e seus anexos foram colocados à nossa disposição, e tomamos conhecimento de todas as informações, condições, locais e grau de dificuldade para execução do objeto da licitação;

2. Que as propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no site: <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//>

3. Que deverá apresentar os documentos para habilitação em <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//>, sob pena de inabilitação;

4. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital supracitado, nos termos da Lei Federal de nº 14.133/21.

5. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para participação e habilitação de nossa empresa na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar, caso ocorram fatos posteriores que nos inabilite a participar de licitações;

6. Que a empresa não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública;

7. Que não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera;

8. Que não existe fato impeditivo à sua habilitação no Município de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais;



9. Que não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;
10. Que os sócios da empresa, bem como gerentes e diretores não cônjuges, companheiros (as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau do Pregoeiro e Equipe de Apoio;
11. Que estar ciente da responsabilidade de informar formalmente sobre qualquer alteração e de verificar periodicamente o correio eletrônico, sabendo que o conteúdo dos e-mails encaminhados entre as partes produzirão total validade jurídica;
12. Que não possui no quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República de 1988;
13. Que esta empresa é considerada ( ☐ ) **MICROEMPRESA** / ( ☐ ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** / ( ☐ ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme Incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Obs: assinalar com "X" a opção da empresa;
14. Que a proposta anexa foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da contratante antes da abertura oficial das propostas.
15. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
16. Que a proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ  
ESTADO DE MINAS GERAIS



ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, no teor do art. 63, §1º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

17. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Local de data \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e identificação do declarante



- ANEXO IV -

**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024**

**O MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por sua Prefeitura sediada na Avenida Doutor Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150, Centro, São Brás do Suaçuí, MG, inscrita no CNPJ sob o nº 20.356.754/0001-96, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Geraldino Pacheco de Oliveira Filho, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro a \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de direito privado que atua no ramo de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu sócio \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições previstas no instrumento convocatório e as constantes deste Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes das Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1-** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços integral de organização de evento, produção executiva e artística e disponibilização de infraestrutura para a realização do evento denominado “IV FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DO BRÁS”, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na Praça Central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG, discriminados e constantes na tabela a seguir.

**1.2-** Conforme proposta da Contratada, ficam estabelecidos, ajustados e registrados os valores abaixo relacionados para o efetivo fornecimento do objeto:



Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor global (R\$)
1.	1	Serviço	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços integral de organização de evento, produção e disponibilização de infraestrutura para realização do evento denominado “IV Festival Gastronômico Sabores do Brás”, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na “Av. Desembargador Aprígio Ribeiro de Oliveira, Praça Central” localizada no Município de São Brás do Suaçuí/MG.	
Valor total: R\$				

**Artistas e shows que apresentarão no evento (a licitante deverá informar o nome do artista ou da banda que se apresentará nos dias informados)**

<b>Dia 10/08/2024</b> <b>(sabado)</b>	<b>Artista regional:</b> _____
<b>Dia 11/08/2024</b> <b>(domingo)</b>	<b>Artista local:</b> _____ <b>Artista local:</b> _____

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO**

**2.1-** A critério do Município, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores a terem seus preços registrados, a Coordenadoria de Contratos convocará os proponentes classificados para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, observado o prazo de validade da proposta, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do estabelecida na Lei Federal de nº 14.133/21.



**2.2-** O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 73/2024, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 19/2024, ao qual se encontra vinculado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

**3.1-** O valor global estimado do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

### **CLÁUSULA QUARTA - GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

**4.1-** O gerenciamento deste presente contrato será realizado pelo servidor ocupante do cargo de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Eventos.

**4.2-** A fiscalização deste presente contrato será realizada pelo servidor ocupante do cargo de Encarregado do Setor de Cultura, Turismo e Eventos do Município.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE**

**5.1-** O presente Contrato tem validade de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias/meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias a contar do recebimento definitivo do serviço e mediante a apresentação da Nota Fiscal e desde que os serviços tenham sido efetivamente prestados mediante relatório de aprovação da comissão de fiscalização designada pelo Executivo Municipal.

**6.2-** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à licitante adjudicatária e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções.

**6.3-** Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:



**6.3.1-** na Tesouraria da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150 – 2º pavimento – centro, de segunda a sexta feira, exceto feriados, no horário de 8:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas;

**6.3.2-** mediante crédito em conta bancária indicada pela licitante adjudicatária desde que no Banco do Brasil S.A.;

**6.3.3-** mediante emissão de boleto por parte da credora/contratada e encaminhado à Prefeitura Municipal para pagamento.

**6.4-** Constatadas irregularidades na execução dos serviços, o pagamento ficará sobrestado até que sejam apuradas as responsabilidades pelas irregularidades, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**6.5-** Por ocasião do pagamento, deverá a Contratada apresentar, em cada ato, as Certidões Negativas referentes ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho, sendo que a não apresentação implicará na retenção do pagamento até que seja regularizada a situação da empresa perante os órgãos competentes.

**6.6-** Constatadas irregularidades na prestação de serviços, o pagamento ficará sobrestado até que sejam apuradas as responsabilidades pelas irregularidades, sejam prejuízo das penalidades cabíveis.

**6.7 -** No momento do pagamento, serão feitas as retenções impostas pela legislação vigente, quando for o caso.

**6.8-** As faturas pagas com atraso sofrerão correção monetária de acordo com o INPC, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, a partir do trigésimo dia de atraso.

**6.9-** Conforme Lei Federal nº 14.133/2021, os valores do contrato poderão ser revisados, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro contratual de acordo com o aumento dos mesmos, a ser comprovado por meio de planilha de custos do item a ser





reajustado, comprovado por documentos que possibilitem reconhecimento do aumento, sendo que, para todos os efeitos legais, deverá ser formalizado um Termo Aditivo ao respectivo contrato no qual se atualizará os referidos valores.

**6.10** – Feito o pedido de revisão, a Administração fará cotações de preços no mercado, visando verificar a compatibilidade do preço requerido com o preço praticado no mercado.

**6.11** – O valor a ser apurado pela Administração deve ser verificado por meio de planilhas, devendo, em caso de preço requerido pelo Contratado ser acima do mercado, verificar se o novo preço obtido por meio das pesquisas é mais viável, levando-se em consideração a entrega dos produtos ou a prestação dos serviços quanto aos aspectos da qualidade e do custo final para o fornecimento.

**6.12**- Em caso de renovação do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, a cada doze meses, contados da data de sua assinatura, utilizando-se, para o reajuste, o INPC do IBGE ou outro índice oficial que venha a substituir este índice na vigência do contrato, devendo, para todos os efeitos legais, ser formalizado por meio de um Termo Aditivo ao respectivo contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

**7.1**- O Fornecedor responderá por todo e qualquer dano provocado ao Município, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Município, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas neste Contrato.

**7.2**- Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Município, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo Fornecedor, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo Município a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.



**7.3-** Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do Fornecedor for apresentada ou chegar ao conhecimento do Município, este comunicará ao Fornecedor por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar ao Município a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo Fornecedor não o eximem das responsabilidades assumidas perante o Município, nos termos desta cláusula.

**7.4-** Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas pelo Município, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo Fornecedor, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao Município, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do Fornecedor;
- b) medida judicial apropriada, a critério do Município.

## **CLÁUSULA OITAVA - DOS PROCEDIMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.1-** O Encarregado do Setor de Compras da Prefeitura Municipal, durante a vigência do presente Contrato, expedirá as Ordens de Compra que, depois de empenhadas, serão remetidas ao Fornecedor para a prestação dos serviços, obedecidas as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2024.

**8.2-** As Ordens de Compra e as Notas de Empenho são os documentos hábeis para aperfeiçoar o cumprimento das obrigações do presente Contrato e conterão:

- a) a descrição, as especificações dos serviços e as quantidades solicitadas;
- b) o prazo de entrega dos serviços;
- c) o valor unitário e total a ser pago em decorrência da prestação do serviço a ser realizado;
- d) o local de entrega do(s) serviço(s).

**8.3-** Não será admitida a entrega do(s) serviço(s) pelo Fornecedor sem prévia



emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Compra.

## **CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS, DO LOCAL E DA FORMA DE ENTREGA**

**9.1** - Os serviços objeto da licitação deverão ser prestados de forma imediata, conforme constante no Termo de Referência/Descrição do Objeto, contados do recebimento, pela licitante adjudicatária, da Ordem de Compra expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal.

**9.2**- Os serviços serão prestados na Praça Central, localizada na Avenida Doutor Aprígio Ribeiro de Oliveira, zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG, no período de 09 a 11 de agosto de 2024, durante a realização do evento denominado “III Festival Gastronômico Sabores do Brás”, salvo, especificamente em outros locais indicados no Termo de Referência ou nas Ordens de Compra expedidas pela Prefeitura Municipal, correndo por conta da licitante adjudicatária todas as despesas decorrentes dos serviços, entre elas o transporte, taxas e impostos, funcionários, equipamentos, embarque e desembarque da mercadoria, mão de obra e seus encargos sociais.

**9.3** - Os serviços serão fornecidos sob a responsabilidade exclusiva da licitante adjudicatária, que deverá atender às normas expedidas pelos órgãos que regulamentam tal fornecimento.

**9.4**- O evento realizar-se-á no período de 09 a 11 de agosto de 2024, na Praça central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG.

**9.5**- A licitante vencedora obriga-se a prestar os serviços de acordo com as especificações discriminadas no Termo de Referência, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório.

**9.6**- A Administração Municipal não terá qualquer responsabilidade pelas contratações e pagamentos de bandas/artistas, serviços em geral, estruturas e todas as demais despesas oriundas do evento ressalvadas o pagamento da contrapartida financeira no importe previsto à vencedora do certame.



**9.7-** A licitante responderá pelas despesas para montagem e desmontagem dos equipamentos e materiais, como também para a realização das atividades das barracas da praça de alimentação, camarins, som, iluminação e demais instalações do evento.

**9.8-** O evento será realizado sob total responsabilidade e risco da licitante vencedora que, em caso de danos a terceiros e ao Município, assumirá total responsabilidade, exceto em casos de exclusões previstas em lei ou contrato.

**9.9-** No valor do contrato a ser celebrado, estão incluídas todas as despesas diretas ou indiretas que possam incidir sobre a prestação dos serviços, bem como, a contribuição ao ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição).

**9.10-** A Contratada obriga-se a entregar os serviços de acordo com as especificações discriminadas no Termo de Referência/Descrição do Objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2024, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

**9.11-** A expedição dos serviços se dará mediante recebimento da Ordem de Compra a ser expedida pelo encarregado do Setor de Compras da Prefeitura Municipal, ficando vedada a venda ou entrega quando a Ordem de Compra ou de fornecimento se der por servidor que não faça parte do Setor de Compras.

**9.12-** O Fornecedor se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados neste Contrato.

**9.13-** Nos preços apresentados deverão estar incluídas todas as despesas com mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, inclusive lucro, necessários à perfeita execução dos serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CRITÉRIOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE DO OBJETO**

**10.1-** Os serviços serão prestados sob a responsabilidade exclusiva da licitante



adjudicatária, que deverá atender às normas expedidas pelos órgãos que regulamentam tal execução.

**10.2-** Os serviços objeto desta licitação serão executados junto a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Eventos.

**10.3-** Os serviços serão prestados na Praça Central, localizada na zona urbana do Município de São Brás do Suaçuí/MG, no período 09 a 11 de agosto de 2024, durante a realização do evento denominado “IV Festival Gastronômico Sabores do Brás”.

**10.4-** O contrato a ser celebrado entre as partes com base neste certame, relativamente à prestação dos serviços, objeto desta licitação, terá sua vigência até \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024, ficando adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo a duração ser estendida, por meio de termo aditivo, conforme previsão da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.5-** Por ocasião da entrega dos serviços, o Fornecedor deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.

**10.6-** Constatadas irregularidades nos serviços prestados a Administração Municipal poderão:

**a)** se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

**b)** se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**10.7-** Nas hipóteses de substituição ou complementação, a licitante adjudicatária deverá fazê-las em conformidade com a indicação da Administração, de forma imediata, contadas da notificação por escrito, sem alteração no preço.



**10.8-** O recebimento definitivo dos serviços dar-se-á no prazo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificadas as perfeitas condições dos serviços recebidos, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

**10.9-** O gestor/fiscal do presente Contrato da Prefeitura Municipal não aceitará nem receberá qualquer serviço com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao Fornecedor efetuar as substituições necessárias no prazo determinado neste Contrato ou outro definido pelo gestor/fiscal do Contrato, sob pena de aplicação das sanções legais ou de rescisão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**I -** Cumprir fielmente o objeto pactuado neste Contrato, de forma que os serviços sejam prestados com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

**II -** Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens da Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura Municipal.

**III -** Arcar com todos os prejuízos resultantes de ações judiciais a que a Prefeitura Municipal for compelida a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios.

**IV -** Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a prestação dos serviços do objeto contratado.

**V -** Entregar os serviços contratados somente com prévia autorização da Prefeitura Municipal.



**VI** - Indicar, imediatamente após a assinatura do Contrato e sempre que ocorrer alteração, um Preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas aos produtos solicitados.

**VII** - Fornecer números telefônicos, números de pager ou outros meios igualmente eficazes, para contato da Prefeitura Municipal com o Preposto.

**VIII** - Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços realizados, imediatamente ou no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a Prefeitura Municipal.

**IX** - Entregar os serviços objeto do Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

**X** - Prestar os serviços solicitados cumprindo rigorosamente as especificações constantes deste Contrato, as normas da ABNT e dos fabricantes, e as normas internacionais consagradas, na falta de regulamentação pela ABNT.

**XI** - Cumprir os prazos previstos no Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Prefeitura Municipal.

**XII** - Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução da prestação dos serviços objeto do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Prefeitura Municipal.

**XIII** - Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto do Contrato pela equipe ou Comissão instituída pela Prefeitura Municipal, durante a sua execução.

**XIV** - Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Prefeitura Municipal, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer



a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

**XV** - Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Prefeitura Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade do Fornecedor.

**XVI** - Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, substituindo, de imediato, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes do Contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão.

**XVII** - Encaminhar à Prefeitura Municipal, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS, à seguridade social, entre outras, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal do Contrato ou outro servidor designado pela Prefeitura Municipal.

**XVIII** - Manter, durante a vigência do presente Contrato, os preços propostos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

**I** - Fornecer todos os esclarecimentos necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.

**II** - Acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do Fornecedor.

**III** - Realizar o pagamento dos valores contratados pelos produtos efetivamente entregues no prazo e nas condições pactuadas.





**IV** - Emitir, por meio do Setor de Compras, a Ordem de Serviço.

**V** - Expedir, por meio da Secretaria Municipal requisitante, atestado de inspeção dos produtos entregues, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

**VI** - Atestar a execução do objeto fornecido no documento correspondente.

**VII** - Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços objeto desta licitação, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade do Fornecedor pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

**VIII** - Sustar, no todo ou em parte, a prestação dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.

**IX** - Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a prestação dos serviços.

**X** - Rescindir unilateralmente o Contrato nos casos especificados no art. 138, da Lei n.º 14.133/2021

**XI** - Arcar com as despesas de publicação do extrato do Contrato.

**XII** - Notificar o Fornecedor, por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento das obrigações, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

**XIII** - Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade ou em desconformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência/Descrição do Objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2024.

**XIV** - Efetuar o recebimento provisório do objeto, bem como o recebimento definitivo,



por meio da Secretaria Municipal requisitante, a saber:

a) provisoriamente: o servidor designado como gestor/fiscal receberá o(s) serviço(s) para verificação e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção, ou, se aprovado(s), emitirá recibo;

b) definitivamente: após recebimento provisório, será verificada a integridade da execução do objeto, e sendo aprovado(s), será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal.

**XV** - Recusar qualquer serviço que apresente incorreções de qualquer natureza, ficando as correções às custas do Fornecedor, inclusive material e/ou horas gastas no trabalho.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES**

**13.1-** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento pela Contratada caracterizará a inadimplência, sujeitando-a as seguintes penalidades:

**13.1.1-** Advertência;

**13.1.2-** Multa nos seguintes percentuais, aplicáveis na ocorrência ou descumprimento das cláusulas:

**13.1.2.1-** Em caso de atraso superior a 24 (vinte e quatro) horas no fornecimento dos produtos, depois de recebida a Ordem de Compra, a Contratada pagará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor global estimado do Contrato, limitado a 3,5% (três vírgula cinco por cento) e o prazo de 07 (sete) dias.

**13.1.2.2-** Ultrapassado o prazo de sete dias previsto na cláusula **13.1.2.1**, a Administração Municipal poderá rescindir o Contrato e aplicar a multa de **20% (vinte por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato, acumulado com a multa prevista na cláusula **13.1.2.1**.



**13.1.2.3- Multa de 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) não atendimento das especificações dos produtos que acarrete perda dos mesmos ou acarrete atraso no atendimento ao cardápio da Secretaria requisitante;
- b) não atendimento das especificações dos produtos sem que a Contratada providencie a substituição ou complementação dos mesmos;
- c) não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 14.133/21, com alterações, ou neste Contrato e não abrangida nos incisos anteriores.

**13.1.2.4-** Na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir da entrega do produto solicitado ou desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão por culpa ou dolo, lhe será aplicada multa no valor de **35% (trinta e cinco por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato.

**13.2-** As penalidades serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, de ofício ou mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.

**13.3-** As multas são excludentes e independentes e não eximem o Fornecedor da plena execução dos fornecimentos contratados.

**13.4-** O valor das multas aplicadas será deduzido do crédito que o Fornecedor possuir junto à Prefeitura Municipal, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

**13.5-** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 14.133/21, inclusive a responsabilização do Fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração Municipal.

**13.6-** No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



**13.7-** As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá o Fornecedor de ser acionado judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

**13.8-** O valor da multa aplicada ao Fornecedor, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município ficando o Fornecedor obrigado a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

**13.9-** Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

**13.10-** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal por prazo de até 02 (dois) anos.

**13.11-** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**13.12-** Constituem motivo para rescisão do presente Contrato:

- I - não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão no início da prestação dos serviços;
- IV - o atraso injustificado no início da prestação dos serviços;



V - a paralisação da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no Contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na Lei Federal do nº 14.133/2021.

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XIV - descumprimento da Lei Federal de nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**13.13-** Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



**13.14-** A rescisão do Contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e, escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII da cláusula anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

**13.15-** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO**

**14.1-** Este Contrato poderá ser rescindida por ato unilateral da Prefeitura Municipal, devidamente justificado, quando o interesse público assim o justificar, sem indenização ao Fornecedor, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante, conforme art. 138, da NLL.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**15.1-** As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente do exercício financeiro de 2024:

02.006.001.13.392.0204.2.017 – Manutenção da Difusão e dos Eventos Culturais;  
Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1-** A Contratada fica obrigada a, durante a vigência deste Contrato, atender a todos os pedidos de prestação de serviços, não se admitindo a procrastinação da prestação dos serviços, a que título for, salvo casos fortuitos ou de força maior que independam da sua vontade.



**16.2-** A recusa da Contratada em retirar a Nota de Empenho e a Ordem de Compra ou descumprir os prazos de entrega estabelecidos neste Contrato caracterizará inexecução total e acarretará a aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

**16.3-** A prestação de serviços decorrentes deste Contrato serão para todos os fins de direito, tratados como contratações autônomas e independentes.

**16.4-** A tolerância da Prefeitura Municipal com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Fornecedor não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.

**16.5-** Compete aos responsáveis indicados pela Administração Pública a responsabilidade pela gestão (acompanhamento) e pela fiscalização deste Contrato (artigo 117, Lei n.º 14.133/2021).

**16.6-** Este Contrato rege-se pelos preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei n.º 14.133/2021, aplicando-se lhe, ainda, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**16.7-** Serão transcritos os termos e especificações do Termo de Referência/Descrição do Objeto do Edital do Processo Licitatório nº 73/2024, na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2024, seu teor e forma.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO**

**17.1-** Aplica-se na interpretação do presente Contrato as disposições do Edital do Processo Licitatório nº 73/2024, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 19/2024, com todos os seus anexos e as disposições contidas na 14.133/2021 e suas alterações sobre qualquer outra norma, aplicando-se ainda, em caso de omissão no Edital e na Lei Nacional de Licitações as disposições contidas nas normas que regem os contratos públicos e em última instância, as disposições constantes do Código Civil.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**



**18.1-** O extrato do presente Contrato será publicado, conforme o disposto na Lei Federal de nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

**19.1-** O Contrato poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação nas seguintes hipóteses:

**19.1.1-** Pelo Município quando:

- a) O Fornecedor não cumprir as exigências contidas no Edital ou no Contrato;
- b) O Fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 19/2024;
- c) O Fornecedor der causa à rescisão administrativa do Contrato decorrente do Pregão Eletrônico, por um dos motivos elencados no artigo 138 e incisos da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores;
- d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma da Lei Federal de nº 14.133/21, e alterações posteriores.

**19.1.2-** Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Contrato.

**19.2-** O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

**19.3-** A comunicação do cancelamento do registro do Fornecedor, nos casos previstos,





será feita por escrito, juntando-se o comprovante do recebimento.

**19.4-** No caso do Fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação em síntese, no “Diário Oficial Eletrônico do Município considerando-se cancelado o registro do Fornecedor a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

**19.5-** A solicitação do Fornecedor para cancelamento do Contrato, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao Município a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório ou no Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**20.1-** A CONTRATADA prestará garantia ao Contrato em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, que lhe será devolvida após a conclusão dos serviços, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e não adimplidas, observado o seguinte:

**20.2-** a garantia deverá ser apresentada por uma das seguintes modalidades:

**20.2.1-** caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

**20.2.2-** seguro-garantia;

**20.2.3-** fiança bancária;

**20.2.4 –** título ao portador.

**20.3-** A garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, aplicando-se o índice de atualização monetária divulgado pela Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**21.1-** As partes elegem o foro da Comarca de Entre Rios de Minas (MG) para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que o assinam, para que produza todos os efeitos legais.

São Brás do Suaçuí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Geraldino Pacheco de Oliveira Filho  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Representante legal da contratada  
Nome da empresa contratada

**GESTOR DO CONTRATO**

**FISCAL DO CONTRATO**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
Município de São Brás do Suaçuí

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
Município de São Brás do Suaçuí

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Doc.:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Doc.: